

REVISTA

M

Numismática e Medalhística

1.ª Série · Número 1 · 2018



MUSEU  
CASA DA  
MOEDA

CASA DA MOEDA

# FICHA TÉCNICA

## **Revista M**

ISSN 2184-2876

1.ª Série · Número 1 · 2018

## **Âmbito e objetivos**

A *Revista M* é a revista digital do Museu Casa da Moeda. Publicam-se textos que representam contributos relevantes para os estudos de Numismática, Medalhística e outras ciências afins. Admitem-se textos para publicação nas línguas portuguesa e inglesa e acolhem-se propostas para números monográficos dedicados a temáticas específicas.

## **Editor**

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

## **Conselho Editorial**

Alberto Canto García (UAM, Madrid)

Maria João Gaiato (INCM, Lisboa)

Maria Rosa Figueiredo (FCG, Lisboa)

Mário Barroca (FLUP, Porto)

Nuno Valério (ISEG, Lisboa)

Rita Martins de Sousa (ISEG, Lisboa)

Rui Centeno (FLUP, Porto)

Ruth Pliego Vázquez (IEA, Paris)

## **Coordenador do Número**

Mário de Gouveia (INCM/MCM)

## **Propriedade**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda

Avenida António José de Almeida

Edifício Casa da Moeda

1000-042 Lisboa (Portugal)

[museucasadamoda@incm.pt](mailto:museucasadamoda@incm.pt)

[www.museucasadamoda.pt](http://www.museucasadamoda.pt)

## **Design**

Vivóeusébio

## **Paginação**

Marta Braz (INCM/MCM)

Copyright © 2018 Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda.

# ÍNDICE

EDITORIAL  
02

NOTA DE  
APRESENTAÇÃO  
04

CONVITE À  
APRESENTAÇÃO  
DE ARTIGOS  
77

..... ARTIGOS .....

**Comprar terras,  
avaliar coisas:  
moedas islâmicas em  
mosteiros moçárabes  
da região de Coimbra  
(séculos X-XI)**

MÁRIO DE GOUVEIA

06

**O chamado *dinheiro  
de duplo báculo*  
de Dom Afonso  
Henriques: uma  
referenciação ibérica  
do imaginário  
heráldico dos duques  
de Borgonha**

MÁRIO BRUNO PASTOR

21

**Moedas do reino  
de Castela e Leão  
provenientes do  
Castelo dos Mouros  
(Sintra):  
escavações  
arqueológicas de  
2009-2012**

MÁRIO DE GOUVEIA,  
MARIA JOÃO DE SOUSA

45

**Leonardo da Vinci  
(1452-1519): o génio  
e a moeda**

JAIME M. M. FERREIRA

54

**Dinheiro na Segunda  
Guerra Mundial:  
obrigações de guerra  
e cédulas militares**

ALEXANDRE JOSÉ  
MATOS DA COSTA

68

# EDITORIAL

No atual panorama das publicações científicas, são ainda escassas as revistas que, na sua transversalidade temática, abordam a Numismática e a Medalhística. Em 2017, o Museu Casa da Moeda procurou dar resposta a esta lacuna com a criação da *Revista M*, cujo número inaugural foi então lançado. O interesse com que esta revista foi recebida pelo público demonstra que havia espaço para um projeto editorial deste género em Portugal.

No presente número damos continuidade à nossa principal missão, que é manter o diálogo com os investigadores que trabalham sobre estes temas e divulgar os resultados das suas investigações, graças às inúmeras possibilidades que uma plataforma digital de acesso aberto e gratuito hoje permite.

Os temas dos artigos que agora se publicam são muito variados. De uma forma geral, pode dizer-se que os artigos focam não só os vários problemas suscitados pela análise das moedas e das medalhas, mas também a forma como estes objetos podem ser compreendidos como realidades significantes, por isso fundamentais para a estruturação do pensamento histórico, arqueológico ou até artístico.

Este número tem, no entanto, duas novidades que gostaríamos de destacar. Por um lado, aos quatro trabalhos assinados por investigadores portugueses, junta-se um trabalho assinado também por um investigador brasileiro, facto que indica que a revista alcançou já um público internacional. Por outro, o âmbito temático dos trabalhos publicados inclui não apenas a Numismática e a Medalhística, áreas que têm centrado a atenção dos nossos autores, mas também, a partir de agora, a Notafilia.

Estamos convictos de que a *Revista M* tem vindo a transformar-se num espaço de diálogo muito profícuo nos seus desafios e nas suas realizações. Num futuro não muito distante, esta tendência vai reforçar-se ainda mais. Na verdade, é o cruzamento de perspetivas que constitui,

em termos teóricos e metodológicos, o único horizonte possível para a produção e a divulgação do conhecimento.

..... O Diretor do Museu Casa da Moeda  
*Duarte Azinheira*

O Editor da *Revista M*  
*Mário de Gouveia*

# NOTA DE APRESENTAÇÃO

Neste número da *Revista M* são publicados cinco artigos escritos por quatro investigadores portugueses e um investigador brasileiro. Estes artigos focam sobretudo temas de Numismática, Medalhística e Notafilia, embora enquadrados e problematizados à luz da sua relação com vários outros domínios do conhecimento, como a História, a Arqueologia e a História de Arte. De uma forma geral, pode dizer-se que estes contributos fazem a revisão necessária dos temas trabalhados e procuram situar os objetos de estudo numa linha de interpretação que segue as mais recentes tendências da investigação nestes domínios.

Os artigos têm carácter monográfico e encontram-se ordenados segundo um critério cronológico, que estabelece a hierarquização dos textos não de acordo com a importância dos contributos que cada um nos dá, mas sim segundo uma leitura puramente histórica, de carácter sequencial, que se inicia com o estudo das moedas medievais e termina com o estudo das cédulas contemporâneas. Dentro destes domínios, os temas são muito variados, abrangendo, no seu conjunto, as moedas, as medalhas e as notas que foram produzidas na Europa e na América do Sul num espectro cronológico que atravessa cerca de mil anos de história.

Mário de Gouveia procede à análise da documentação outorgada na região de Coimbra, durante os séculos X e XI, que nos dá conta da forma como os mosteiros moçárabes utilizavam moedas islâmicas para a satisfação das suas necessidades económicas, em particular a compra de terras e a avaliação de objetos sumptuários. Mário Bruno Pastor apresenta uma nova interpretação para o tipo do dinheiro de D. Afonso Henriques tradicionalmente identificado como duplo báculo, propondo uma ascendência genealógica radicada nalguns elementos do imaginário heráldico dos duques de Borgonha, ascendentes da Primeira Dinastia portuguesa. Mário de Gouveia e Maria João de Sousa atualizam o seu estudo sobre as moedas exumadas no decurso de escavações arqueológicas no Castelo dos Mouros, em Sintra, apresentando

desta vez um conjunto formado por três moedas de bolhão cunhadas pelos reis de Castela e Leão durante o século XIV. Jaime M. M. Ferreira faz uma síntese sobre o percurso biográfico de Leonardo da Vinci, salientando mais concretamente as várias etapas do trabalho deste génio do renascimento e o significado de que este se revestiu para o desenvolvimento da arte de produção de moedas e medalhas. Alexandre José Matos da Costa, por fim, analisa o processo que levou à emissão de obrigações de guerra e cédulas militares durante a Segunda Guerra Mundial, concentrando a sua atenção no caso brasileiro e estabelecendo a relação com os principais episódios, protagonistas e momentos deste conflito vivido à escala global.

..... O Coordenador do Número  
*Mário de Gouveia*

MÁRIO DE GOUVEIA

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda (INCM/MCM)

Instituto de Estudos Medievais (IEM, NOVA FCSH)

mario.gouveia@incm.pt

# Comprar terras, avaliar coisas: moedas islâmicas em mosteiros mo- çárabes da região de Coimbra (sécu- los X-XI)

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 06 - 20

 MUSEU  
CASA DA  
MOEDA

CASA DA MOEDA



## RESUMO

A documentação conservada nos cartulários medievais dá-nos conta de que alguns mosteiros moçárabes da região de Coimbra, como os do Lorvão e da Vacariça, utilizavam moedas islâmicas durante os séculos X e XI. Sabemos que estas moedas, guardadas nos respetivos tesouros, foram utilizadas em diversas ocasiões associadas à compra de parcelas de terra. Ao longo deste estudo, procuramos analisar em detalhe os atos da prática que se referem a estas transações, tecendo algumas considerações detalhadas sobre as razões que terão levado dois mosteiros cristãos a socorrer-se de moedas islâmicas para a satisfação das suas necessidades económicas.

**PALAVRAS CHAVE:** Alta Idade Média; mosteiros do Lorvão e da Vacariça; moedas; avaliação.

## ABSTRACT

The documentation preserved in the medieval chartularies contains some informations regarding the use of Islamic coins by Mozarabic monasteries of the area surrounding Coimbra during the 10<sup>th</sup> and 11<sup>th</sup> centuries. These coins belonged to the monastic treasures and were used in many occasions related with the acquisition of land properties. In this essay one studies in detail all charts relating to these transactions, trying to examine in full detail the reasons that supported the use of Islamic coins by Christian monasteries, in order to fulfill their economic needs.

**KEYWORDS:** High Middle Ages; monasteries of Lorvão and Vacariça; coins; evaluation.

Entre 1018 e 1099, a compra representa uma parcela importante dos atos pelos quais se processa a incorporação de novos bens no património do mosteiro de São Vicente da Vacariça, um dos mais prósperos cenóbios da região de Coimbra nas décadas que se seguiram à tomada desta cidade pelos exércitos islâmicos<sup>1</sup>. Pese embora este facto, a doação é sempre, ao longo destes cerca de oitenta anos, a forma de alienação de bens que mais contribui para o incremento do património adstrito à comunidade<sup>2</sup>. Se analisarmos em detalhe a documentação que chegou até aos nossos dias, podemos verificar que o peso dos atos de compra que se conservaram até nós pode até considerar-se secundário por comparação com o referente a este último tipo de registo jurídico-económico.

A análise das cartas outrora guardadas neste mosteiro, mas conservadas até nós sob a forma de cópias integradas no cartulário da Sé de Coimbra conhecido como *Livro preto*<sup>3</sup>, dá-nos a saber que o património do mosteiro está já constituído, nas suas linhas gerais, nos meados do século XI. O período que parece coincidir com uma das fases mais dinâmicas no processo de gestão destes bens, muitas vezes adquiridos sob a forma de pequenas parcelas de terra providas de alguns

prédios e serviços e distribuídas por todo o território de Entre-Douro-e-Mondego, foi o abaciado de Tudeíldo. Sabemos que este abade governou o mosteiro durante quase trinta anos, entre 1018 e 1046, e que, durante a sua administração, a comunidade viu a sua fortuna crescer de forma muito significativa, tendo até sido capaz de alargar e consolidar a influência dos monges junto de muitos pequenos e médios proprietários de terras rurais.

A maioria dos atos que foram outorgados em data anterior a 1064, ano em que se deu a tomada de Coimbra pelos exércitos cristãos e, como consequência, se fixou, em definitivo, a fronteira entre a cristandade e o islão no vale do rio Mondego, reflete não só o crescimento de um património já de si considerável, mas também o processo que permitiu à comunidade, através de sucessivas doações e compras, ver alargada a sua jurisdição numa conjuntura marcada pela guerra. Pelo que se depreende dos documentos compilados no *Livro preto*, os proprietários de bens que mantiveram contactos próximos com o mosteiro eram de um estrato social humilde, aparentemente sem quaisquer ligações com as famílias da nobreza, como os condes e os infanções, que desempenharam funções como representantes da monarquia as-

1. Os anos a que nos referimos balizam o período em que a comunidade monástica faz as suas primeira e última compras, atestadas respetivamente através de LP 122 (1018) e LP 125 (1099.03.14).
2. Esta situação encontra paralelos noutros mosteiros da região. Veja-se, a este respeito, COELHO 1988: 96-97 e 104-108, em que se apresenta um comentário sobre a natureza das compras feitas pelo mosteiro de Arouca e os ritmos de crescimento das propriedades monásticas, do estabelecimento da comunidade, em data anterior a 951, até ao início do ciclo marcado pela figura de Toda Viegas, em 1114.
3. Para além das duas já citadas cartas que balizam a cronologia deste trabalho, foram também considerados os diplomas LP 120 (1018), LP 144 (1023.09.21), LP 157 (1032.04.24) e LP 520 (1046.01.29). No seu conjunto, este diplomas constituem o *corpus* documental que atesta a prática da compra de bens imóveis pela comunidade monástica.

turiano-leonesa na região<sup>4</sup>.

A análise das cartas que nos falam destes atos sugere um dado que, em nosso entender, merece alguma atenção: houve fases alternadas de crescimento e abrandamento da curva aquisitiva antes e depois da tomada de Coimbra pelo rei Fernando I. Este facto parece indicar que o mosteiro da Vacariça, bem como todas as instituições, entre igrejas e mosteiros, que integravam o seu padroado, foi diretamente afetado pelo avanço dos exércitos leoneses no território de Entre-Douro-e-Mondego e a ocupação das mais importantes praças da região, como Lamego e Viseu, cujo controlo se mostrava estratégico para a consolidação dos interesses do rei antes da sua campanha final.

Apesar de o mosteiro continuar a merecer sempre a atenção da parte de alguns proprietários da região, vários dos quais chegaram até a apoiar as ações leonesas, é também a partir da tomada de Coimbra que a comunidade se vê pela primeira vez obrigada a fazer prova, em sede de litígio, dos direitos que recaíam sobre alguns dos bens que adquirira desde os inícios do século XI<sup>5</sup>. Se possuímos os testemunhos que fazem prova da alienação dos direitos sobre alguns destes bens por parte dos respetivos proprietários, facto que nos permite seguir o rasto das transações que garantiram a incor-

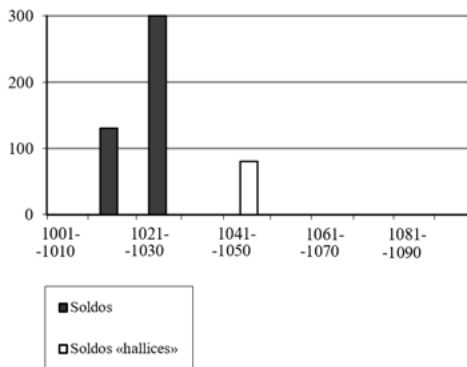
poração deste património, a verdade é que, para muitas das terras cuja posse a comunidade reivindicava para si, não dispomos hoje dos instrumentos jurídicos que comprovem a transferência dos direitos a elas alusivos.

De uma maneira geral, a documentação contém referências padronizadas às propriedades que estavam na posse do mosteiro. Os dados objetivos que dela se podem extrair são consideravelmente escassos: diz-se que a comunidade é detentora de propriedades mas não se especificam outros aspetos fundamentais para o conhecimento da natureza do bem adquirido, como a dimensão das parcelas de terra ou a configuração dos respetivos cultivos, prédios e serviços. Para além disso, são raras as vezes em que se especificam os motivos que terão estado subjacentes às doações ou às compras. Não dispomos, portanto, de nenhum elemento que nos dê a conhecer, de forma concreta, as razões que levaram o mosteiro a adquirir tais propriedades<sup>6</sup>. O facto de este ser detentor de alguns bens nos locais onde acabou por adquirir, por compra, novas parcelas de terra parece sugerir a hipótese de a comunidade ter dirigido a sua atenção para a aquisição de frações próximas das que já estavam sob a sua tutela.

É possível que vários motivos tenham

- 
4. Nesta fase embrionária da sua história, o nome que mais se destaca é o de Froila Gonçalves, filho do conde Gonçalo Moniz. Este conde foi um importante protetor do mosteiro ao longo da sua vida, como o comprova o testamento através do qual legou à comunidade todos os bens que tinha, sendo testamentária Tutadona (LP 129 e 161, de 1018.01.30).
  5. A relação dos bens na posse do mosteiro à data da conquista de Coimbra – ou, pelo menos, dos bens cuja posse era reivindicada pelos monges na altura em que se deu este acontecimento – corresponde a um diploma conservado no *Livro preto* com a designação “Notícia de uillis uacariçie” (LP 73, de 1064).
  6. COELHO 1988: 96-97.

levado os proprietários destas parcelas a aliená-las a favor do mosteiro. A uma eventual pressão por parte da comunidade deve talvez juntar-se a precária situação de carência dos respetivos proprietários. Este facto pode não só justificar a transação preferencial em géneros, mas dar-nos também a indicação de que o mosteiro, embora se revelando capaz de efetuar compras com moeda<sup>7</sup>, adota aquele tipo de pagamento como sinal de uma certa falta de liquidez financeira<sup>8</sup>. Ainda assim, a quantidade de moeda utilizada por esta comunidade parece ser mais significativa do que a que esteve ao dispor de outras instituições, como os mosteiros de Santo Antonino de Barbudó<sup>9</sup>, São João Baptista de Alpendurada<sup>10</sup> e São Pedro de Arouca<sup>11</sup>. Para uma análise mais precisa desta questão, veja-se o gráfico que segue:



**Gráfico 1 – Dinheiro investido em compras de propriedades no território de Entre-Douro-e-Mondego pelo mosteiro de São Vicente da Vacariça (século XI).**

A análise do gráfico anterior, quando cotejada com os restantes dados transmitidos na documentação, dá-nos a saber que, para as compras de propriedades localizadas na foz do rio Vouga, o mosteiro dispõe de uma quantia de moeda de prata que ascende a um valor na ordem dos quatrocentos e trinta soldos<sup>12</sup>. Este número contrasta vivamente com o que o mosteiro disponibiliza para as compras de propriedades situadas na foz do rio Douro, para onde é canalizada uma quantia menos expressiva de moeda na ordem dos oitenta soldos “hallices”<sup>13</sup>. Neste aspeto, é importante destacar-se a associação entre as duas áreas geográficas e a prática da troca em géneros, porque esta parece indiciar uma relação inversa à conclusão que acabámos de apontar: pelas propriedades adquiridas na foz do rio Douro, o mosteiro dispense um total de duzentos e trinta e dois moios, entre gado, trigo, milho e sidra<sup>14</sup>; para a outra área, não dispomos de nenhum elemento que nos permita dizer

7. SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960; PASTOR DE TOGNERI 1962; GAUTIER-DALCHÉ 1969; BASTIER 1979. Numa perspectiva mais relacionada com o tabelamento dos preços dos bens móveis e imóveis no território de fronteira, LAGUZZI 1946.
8. DURAND 1982: 234-242.
9. COELHO 1990: 28-29.
10. MATTOSO 2002: 87-100 e 147-155.
11. COELHO 1988: 96-97, 172 e 175-182.
12. LP 122 (1018), LP 120 (1018) e LP 144 (1023.09.21).
13. LP 520 (1046.01.29).
14. LP 157 (1032.04.24), LP 520 (1046.01.29) e LP 125 (1099.03.14).

que o mosteiro tenha implementado o mesmo tipo de troca<sup>15</sup>.

Para além de nos proporcionar um melhor conhecimento sobre a evolução das relações de valor entre géneros, de que é exemplo a equiparação do valor do moio a outros bens consumíveis<sup>16</sup>, a problemática relativa à estatística dos valores também nos dá a conhecer as circunstâncias em que se terá dado a fixação dos preços e a avaliação dos bens transacionados. Dado o laconismo das fontes disponíveis, não nos é possível apresentar uma reconstituição periódica dessa evolução em fases curtas de tempo, como, aliás, seria desejável para um entendimento mais correto da matéria. Alguns estudos publicados já há várias décadas, como os de R. Pastor de Togneri<sup>17</sup>, parecem sugerir uma tendência para a redução da relação de câmbio do moio de cereal no território galego – ao contrário do que se terá verificado no território português – entre os séculos IX e XI. Segundo a opinião de M. del P. Laguzzi<sup>18</sup>, o índice de valores que as comunidades

desta região outorgavam aos bens de que se serviam eram coincidentes com os que as notícias diplomáticas atribuíam para o restante território hispânico. Ambas as autoras consideram que as relações de câmbio se mantiveram estáveis durante um longo período de tempo. A avaliação dos bens em cereais – e já não em moeda – ter-se-á tornado num fenómeno frequente apenas a partir de meados do século XI. Talvez se possa entender este facto como sintoma de um certo regresso a um estado de economia natural, consentâneo com uma conjuntura de guerra associada, entre outros aspetos, à redução das reservas de metal amoadado e ao aumento do património afeto à posse da terra<sup>19</sup>.

Seja qual for a hipótese mais plausível que se possa avançar acerca desta questão, somos desde já levados a pensar que, ao longo do período considerado, terão existido diversos quadros de sustentação económica no território de Entre-Douro-e-Mondego<sup>20</sup>. Se a moeda é um elemento de que o mosteiro da Vaca-

15. Registe-se o facto de não existir, na documentação em apreço, qualquer dado que nos permita aproximar as modalidades de pagamento à prática de pesagem pública de peças de prata e subsequente cálculo de equivalências à luz da tabela monetária, conforme constatou SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 14; SÁNCHEZ-ALBORNOZ 2000: 49-50, nota 74, para vários mosteiros leoneses nos séculos X e XI. Da mesma forma, são numerosos os casos em que se avaliam bens de natureza diversa em moios (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 2000: 41, nota 46; tema do já citado trabalho de PASTOR DE TOGNERI 1962, em que se procura explicar a evolução das relações de câmbio entre o moio de cereal e o gado bovino e suíno na Hispânia dos séculos VIII a XII). Sobre esta problemática, LOPES 2003; LOPES 2005<sup>a</sup>; LOPES 2005<sup>b</sup>.

16. LAGUZZI 1946: 142.

17. PASTOR DE TOGNERI 1962: 45.

18. LAGUZZI 1946: 141.

19. LAGUZZI 1946: 141; PASTOR DE TOGNERI 1962: 48-49, 52-53. A primeira autora refere ter-se verificado uma subida do preço do gado no território hoje português ao longo do século XI, por comparação com as centúrias anteriores. Esta subida não terá sido acompanhada pela do preço dos produtos resultantes da criação de gado, que se terão mantido reduzidos, pese embora a instabilidade de conjuntura. A oscilação de valores deve-se, segundo a autora, à maior importância conferida ao gado, em especial o mular e o cavalari, numa época marcada pela guerra.

20. LOSA 1983; LOSA 1984.

riça dispõe para efetuar as suas compras a norte do rio Douro, é, na verdade, para as áreas situadas a sul deste rio que a comunidade canaliza grande parte das suas reservas em metal amoedado. Em contraponto, as formas de transação em géneros constituem um recurso que o mosteiro reserva para as áreas a norte, e não a sul, deste rio. Ainda que dependente de fatores relacionados com a natureza de cada transação, esta situação deve refletir a existência de circuitos económicos dotados de maior grau de monetarização nas áreas circundantes do mosteiro, facto que talvez se possa explicar tendo em conta que estas estavam em contato direto com o mundo urbano<sup>21</sup>.

Na verdade, a capacidade que o mos-

teiro da Vacariça tem de utilizar moeda como forma de financiamento das suas compras encontra paralelos noutras instituições localizadas na mesma área de implantação<sup>22</sup>. Se a documentação relativa ao mosteiro é bastante elucidativa quanto à relação que o mosteiro alimentava com a cidade – há informações que nos falam da posse de direitos de padroado sobre a igreja do Santíssimo Salvador de Coimbra<sup>23</sup> –, também a que foi produzida no mosteiro do Lorvão nos dá alguns dados para o alargamento dos nossos horizontes sobre a matéria. Esta comunidade, para além de ser detentora de direitos de padroado sobre as igrejas de Santa Cristina<sup>24</sup>, São Cristóvão<sup>25</sup> e São Pedro<sup>26</sup> de Coimbra, também protagoni-

- 
21. Recorde-se que Coimbra foi centro de emissão de moedas de ouro em contexto visigótico. O centro esteve ativo nos séculos VI e VII, com cunhagem comprovada em pelo menos sete reinados: Recáredo I, Liúva II, Viterico, Gundemaro, Sisebuto, Suíntila e Quíntila (HEISS 1872: 52 e 67; MILES 1952: 120-121, ref. E, n.º 34; VICO MONTEOLIVA, CORES GOMENDIO & CORES URÍA 2006, p. 203). Nenhum dado nos permite estabelecer a equivalência entre estas moedas e as que se encontram em circulação na região durante a Alta Idade Média, até porque a sua identificação nas fontes não indicia títulos em ouro, mas sim em prata.
  22. Esta conclusão vai ao encontro do que se lê em MATTOSO 2002<sup>b</sup>: 299, apêndice I. Ao estudar os mosteiros da diocese do Porto, este autor repertoriou, até finais do século XI, um total de setenta soldos numa compra do mosteiro de Alpendurada. Nas restantes compras feitas por este mosteiro e pelos de Paço de Sousa, Pedroso e Rio Tinto, intervieram apenas formas de pagamento em géneros. A tendência começa a inverter-se a partir de meados do século XII, quando o número de compras em dinheiro é já suficientemente significativo para se poder falar de alterações nos quadros económicos. Para a região de Braga, a partir do caso de Barbudo, COELHO 1990: 28-29, quadro II regista um total de cem soldos, dos quais setenta em prata e os restantes trinta em gado. Esta situação sugere uma mais forte implantação da moeda e uma mais precoce reabilitação da economia monetária no território conimbricense, por comparação com o portucalense.
  23. A primeira referência a esta igreja coincide com o momento em que a comunidade elabora o inventário das suas propriedades localizadas no território de Entre-Vouga-e-Mondego, conhecido como “Notícia de uillis uacaricie” (LP 73, de 1064). A sua inclusão neste levantamento pressupõe a integração no padroado vacaricense em data anterior à conquista fernandina da cidade, talvez relacionável com um dos períodos de maior expansão do mosteiro, identificado com o abaciado de Tudeíldo. Dispomos de outros documentos que atestam a integração desta igreja no padroado vacaricense (LP 372, de 1086.08.11; LP 41, de 1093.02.27; LP 175, de 1094.03.23; LP 174, de 1095.03.03).
  24. DC 15 (907.04.13) e DC 37 (933.03.04).
  25. DC 74 (957.11.02).
  26. DC 129 (980.11.12), LP 558 ([1086-1091]), DC 683 (1087.04.25), DC 791 (1092), DC 800 (1093.12.20) e DC 838 (1096.11.01).

za algumas compras mediante cedência de moeda<sup>27</sup>: a 12 de julho de 977<sup>28</sup>, a comunidade adquire um moinho fracionado em três partes na vila de Forma, situado ao lado de outro moinho, junto a uma ponte, já na posse do mosteiro, cedendo em troca de uma das partes moeda no valor de vinte e dois soldos de prata, dezassete soldos “hazimis” e dois soldos “mohomati”; a 12 de novembro de 980<sup>29</sup>, aquela volta a ceder moeda, desta vez no valor de setenta e cinco soldos de prata, em troca de metade de uma corte situada no arrabalde de Coimbra, junto da igreja de São Pedro, localizada ao lado de outra corte também na posse do mosteiro, tal como da terça parte de uma casa com uma figueira e da quarta parte de uma outra corte. Daqui se conclui que a comunidade dispense, num curto espaço de cerca de três anos, um total de moeda relativamente significativo, correspondente a noventa e sete soldos de prata, dezassete soldos “hazimis” e dois

soldos “mohomati”.

À semelhança do que apontámos para as compras do mosteiro da Vacariça, as que são feitas pelo mosteiro do Lorvão indicam que a moeda é de uso corrente entre os intervenientes nas compras e que os monges têm a capacidade de as diferenciar por tipos específicos, atribuindo-lhes termos que as individualizam no respetivo conjunto. O impacto destas compras deve entender-se à luz da conjuntura da época, marcada, segundo os estudos feitos pelas autoras que citámos anteriormente, por uma subida de preços não explicável como consequência de mudanças no sistema monetário, mas antes como corolário de uma situação de guerra<sup>30</sup>. Embora a documentação não nos dê quaisquer elementos que nos permitam identificar, com segurança, as moedas contadas em soldos em ambos os mosteiros, é claro que estas são identificadas como moedas de prata<sup>31</sup> e que a maior abundância destas, por compara-

27. Para um levantamento da documentação disponível, LOSA 1983: 221-222 e 226-229, com comentário às formas de financiamento dos atos de compra.

28. DC 121 (977.07.12).

29. DC 129 (980.11.12).

30. LAGUZZI 1946: 141; PASTOR DE TOGNERI 1962: 50-51, nota 21.

31. Para efeitos de cálculo, distinguimos, por um lado, os soldos, e, por outro, os soldos de prata. Em SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: II; SÁNCHEZ-ALBORNOZ 2000: 51, nota 77, encontramos a opinião de que os primeiros correspondem também a moedas de prata, que o autor identifica com os denários romanos. Os soldos “gallicanos” mencionados na documentação galega e portuguesa seriam, para o mesmo autor, os soldos suévicos (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 13; *pro*, SERRANO REDONNET 1944: 162. Em nenhum caso se regista o uso da moeda de ouro, salvo nos casos em que algumas penas pecuniárias se avaliam nesse metal precioso e são estimadas em talentos ou libras (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 18-19). Embora inclinando-se para a hipótese de ter havido no reinado de Afonso II das Astúrias uma substituição oficial do antigo sistema monetário visigótico, baseado no tremisse de ouro, pelo franco carolíngio, assente no soldo de prata – o que explicaria a razão pela qual surgem abundantes referências aos soldos “gallicanos”, primeiramente identificados como cunhagens de origem transpirenaica –, Cl. Sánchez-Albornoz afirma não existir qualquer indício que nos leve a sustentar esta hipótese com segurança, facto agravado por não termos conhecimento da existência de *decreta* ou *capitulares* entre os reis ovetenses (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 20-21). O desaparecimento da moeda de ouro nos circuitos económicos teria ocorrido devido às oscilações do mercado, generalizando-se em sua substituição, a partir da segunda metade do século IX, o uso da moeda de prata cristã em complemento da moeda de ouro islâmica (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 26-28; PASTOR DE

ção com as restantes espécies, sugere tratar-se de moeda mais adequada à natureza das transações em curso ou até mais abundante na região afeta a estas transações<sup>32</sup>. Ainda que reportáveis a diacronias um pouco diferentes, a Vacariça dispõe de um total de moeda no valor de quatrocentos e trinta soldos, enquanto o Lorvão apenas dispõe de noventa e sete, totais, em qualquer caso, canalizados sempre para a aquisição de bens imóveis.

Se estes valores exprimem as mais avultadas quantias em dinheiro de que os dois mosteiros dispõem nos séculos X e XI, a verdade é que se conhecem pelo menos dois outros casos em que se atesta o uso de moeda na mesma região: a 29 de março de 943<sup>33</sup>, o presbítero Pedro “Bahalul” vende ao presbítero Daniel a sua igreja de São Cucufate da Moita, acompanhada dos respetivos direitos, e parte das relíquias de São Clemente – prevendo-se a doação do templo

ao mosteiro do Lorvão após a morte do comprador –, pelo preço de quarenta e cinco soldos “kazimis”; em 1016<sup>34</sup>, “Zuleiman iben giarah aciki” vende ao abade Dulcídio tudo quanto possui em Torre de Vilela, pelo preço de vinte soldos de prata “kazimi”.

Na época em que estas transações foram feitas, o soldo era ainda utilizado para avaliar o valor dos bens móveis: valiam, por exemplo, cinquenta soldos o cálice e o turíbulo que a condessa Mumadona Dias doou ao mosteiro de Guimarães, em 959<sup>35</sup>; as duas conchas de prata que o conde Gonçalo Mendes doou ao mosteiro de Guimarães, em 968<sup>36</sup>; o pano de sirgo que integrou a compra feita por Tedon Pais em Fornel, em 1052<sup>37</sup>; a almandra de *ṭirāz* que integrou a compra feita por Egas Eriz em Viariz, em 1053<sup>38</sup>; a concha dourada que o abade Pedro doou ao mosteiro de Guimarães, em 1058<sup>39</sup>; ou ainda o cavalo que integrou a compra

---

TOGNERI 1962: 51, nota 22). A situação começou a alterar-se nos finais do século XI, data em que se retoma a prática regular da amoeção em contexto cristão (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 2000: 51-52, nota 79; PASTOR DE TOGNERI 1962: 53-55).

32. Ao pronunciar-se sobre estas espécies monetárias, Cl. Sánchez-Albornoz constatou a existência de transações concluídas mediante a entrega de tipos análogos de moeda no mosteiro do Sobrado, paralelamente às já citadas cartas da Vacariça e do Lorvão (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 13-14). Esta prática atesta-se com frequência na documentação hispânica (SÁNCHEZ-ALBORNOZ 2000: 50-51, nota 76).
33. DC 51 (943.03.29).
34. DC 230 (1016). Este documento deve pôr-se em paralelo com DC 229 (1016), que corresponde a uma segunda carta de venda de propriedades, na posse de “mohomat filius de abderahmen neptus de harit”, ao abade Dulcídio, situadas igualmente em Torre de Vilela, por quarenta soldos de prata. A diferença entre as duas cartas reside no facto de não se especificar a natureza das espécies nesta última, embora todos os dados presentes – entre os quais a onomástica dos intervenientes e a datação diplomática com referência ao ciclo da Hégira – apontem para a existência de uma comunidade islâmica em contacto com o mosteiro do Lorvão.
35. DC 76 (959.01.26): “Calices duos unum de LX<sup>a</sup> solidos et alium de L<sup>a</sup> solidos” e “Et turificarios II<sup>os</sup> unum tenentem L<sup>a</sup> solidos et alium LX<sup>a</sup> cum suis fidelis oblati”.
36. DC 99 (968.12.10): “concas de argentum de L<sup>a</sup> L<sup>a</sup> solidos”.
37. DC 381 (1052.05.25): “uno pano de sirgo in L solidos”.
38. DC 384 (1053.01.12): “una almandra tiraze in L solidos”.
39. DC 407 (1058.02.22): “II<sup>a</sup> concas deauratas illa I<sup>a</sup> de L<sup>a</sup> solidos et illa alia de XXXV<sup>o</sup> solidos”.



feita pelo bispo Crescónio em Lavadores, em 1097<sup>40</sup>. Valiam, por outro lado, oitenta soldos os dípticos que Mumadona Dias legou ao mosteiro de Guimarães, em 959. Valiam, por fim, trezentos soldos o cavalo que integrou a compra feita por Paio Gonçalves e Godo Soares em Pedroso, em 1047<sup>41</sup>; a mula e a peça de *ṣiqḷātun* que integrou a compra feita por Gonçalo e Châmoa em Paramos, em 1050<sup>42</sup>; e ainda o cavalo que integrou a compra feita por Gonçalo Luz em Pindelo, em 1088<sup>43</sup>.

Como facilmente se compreenderá, a aferição dos números acima citados – uma forma de avaliação própria de um contexto que também confere valor aos objetos –, parece apontar para um quadro económico dinâmico, na medida em que garante a adequação do bem avaliado a quantias de moeda variáveis segundo a importância do bem em apreço e das circunstâncias que o enquadram. Parece assim evidente que a moeda, ainda que escassa, alimenta os circuitos económicos em que estes mosteiros se movem, o que possivelmente justificará a necessidade de se proceder à diferenciação das espécies para além da sua associação ao soldo. O facto de se terem individualizado três designações diferentes no mosteiro do Lorrão, num só ato de compra, demonstra que os uti-

lizadores de moeda estão conscientes da sua variedade e da possibilidade de adequar a fins bastante variados.

Um dos elementos que terá contribuído para a diferenciação destas moedas – revelando assim a capacidade que os monges terão tido de as utilizar para a satisfação do fim a que se destinavam – foi a junção de qualificativos específicos. Nas designações árabes, devidamente latinizadas, com que as variantes do soldo são conhecidas na documentação está patente não só a sua associação a um padrão de referência, globalmente identificado com o soldo, mas também a individualização de cada moeda com base em termos que as singularizam no respetivo conjunto, como os soldos “*hazimis*” e os soldos “*mohomati*”. Em nossa opinião, a identificação destas moedas com base nas espécies que hoje se conhecem deve ter em conta as séries monetárias que foram batidas em nome das autoridades islâmicas em época coeva das transações registadas, isto é, as moedas cunhadas durante o califado omíada de Córdoba que contêm as fórmulas correspondentes à profissão de fé (*shahāda*<sup>44</sup>) e ao nome e título do califa (*‘amīr al-mu‘minīn*, “príncipe dos crentes”; *nāṣir li-dīn Allāh*, “vitorioso pela Religião de Deus”, anteceditos de *imām*,

40. LP 50 e 293 (1097.05.03): “unum caballum in L solidos”.

41. DC 356 (1047.07.18): “uno cauallo preciato in CCC solidos”.

42. DC 378 (1050): “una mula pretiada in CCC solidos” e “una pelle alfanec inuestida de pano zikilatom pretiada in alios CCC”.

43. DC 697 (1088.01.23): “uno kauallo in CCC solidos”.

44. A *shahāda* corresponde ao testemunho pelo qual o indivíduo cumpre a profissão de fé, representando desta forma um ato de adesão ao islão e ao seu dogma e de filiação na *umma*. A profissão corresponde à fórmula “Não há outro deus senão Allāh, e Muḥammad é o Seu enviado”. A afirmação contém um duplo significado: implica, por um lado, a crença na unicidade de Deus, e, por outro, na mensagem transmitida ao Seu último profeta (GUELLOUZ 2004: 74-75; RIPPIN 2010: 192).

“guia”), por vezes com referência ao chefe do governo e ao príncipe herdeiro, designados como *ḥājib* (“ministro”) e *wali al-‘ahd* (“sucessor no trono”)⁴⁵.

Segundo uma proposta de classificação avançada, já há algumas décadas, por Cl. Sánchez Albornoz e seguida por A. Losa⁴⁶ num estudo dedicado especificamente à circulação de moeda em contexto conimbricense, os soldos “hazimis” e “mohomati” usados no Lorrvão deveriam o seu apodo à ação de Qāsim e Muḥammad, os prefeitos da moeda de ‘Abd al-Raḥmān III aos quais se terá devido a emissão de moeda a partir dos anos de 330-332 H. e 332-334 H., respetivamente, tendo al-Andalus como centro emissor⁴⁷. A sua identificação com estes agen-

tes não é, contudo, unânime, uma vez que autores como P. Chalmeta, J. Vallvé e O. Remie Constable⁴⁸ se pronunciaram a favor de uma hipótese assente noutra tipo de interpretação terminológica – já não onomástica – para os vocábulos árabes. Se aquela primeira sugestão se pode aceitar como hipótese, mais complexa é, em qualquer caso, a identificação dos soldos “hallices” usados na Vacariça: a existência de moedas cunhadas em referência a ‘Ali entre os anos de 403-405 H. talvez nos permita pensar na hipótese de estas moedas corresponderem à série do califa homónimo batida em nome de Sulaymān⁴⁹. Sejam quais forem as hipóteses que se possam avançar sobre esta matéria, as moedas em causa nestas transa-

45. A primeira série de títulos surge num contexto em que o soberano de al-Andalus, no quadro das ameaças fatímidas no território africano, chama a si, nos finais do ano de 316 H., a designação de *khalifa* ou “sucessor” do enviado de Deus, assumindo-se como chefe supremo do islão. Sob o ponto de vista da história da moeda, este acontecimento coincide com um processo de revitalização da cunhagem em ouro – o *dinār* e respetivas frações –, batido ao peso legal de 4,25g, e de continuidade da emissão em prata – o *dirham* e respetivas frações –, batido ao peso legal de 2,97g, valores metroológicos que, não obstante o tabelamento inicial, foram revistos em baixa. Al-Andalus, Madinat al-Zahrā, Madina Sabta, Madina Fās, Nakkūr, Sijilmāsa e al-Manšūra são os nomes dos principais centros ativos ao longo deste período (MEDINA GÓMEZ 1992: 113-118). Para um elenco dos diretores de oficina, apresentado sob a forma de quadros-síntese, MEDINA GÓMEZ 1992: 124, 128, 132-137, 141, 145-147, 151, 155-156, 160, 162.
46. SÁNCHEZ-ALBORNOZ 1960: 13, nota 30; LOSA 1983: 227 (*in genere*, SERRANO REDONNET 1944: 162). Estes autores pronunciam-se a favor da identificação desta moeda de prata com o *dirham*, apoiando-se para isso noutros documentos que atestam o uso reiterado de moeda argêntea.
47. Os estudos mais sistemáticos sobre esta matéria encontram-se em PELLICER I BRU 1988; FROCHOSO SÁNCHEZ 1996. Em complemento, MEDINA GÓMEZ 1992: 124 (lâm. 26), onde, contudo, se referem outras duas figuras homónimas de Muḥammad que teriam controlado a amoeção em 321 H. e 336-348 H., respetivamente. A sincronia das referências aos dois diretores de oficina na documentação lorvanense é também um argumento a favor da sua identificação com Qāsim e Muḥammad.
48. A autora chama a atenção para o facto de existirem alusões ao *dirham qasimī* na documentação hispânica, em especial na de proveniência portuguesa e catalã, mas também, em menor escala, na galega e leonesa, entre os anos de 933 e 1078. A mesma avança que estas referências dizem respeito a moedas de conta ou unidades de peso, não pressupondo, por conseguinte, o uso de moeda propriamente dita. Recuperando a opinião de J. Vallvé, a autora propõe, como explicação para o qualificativo *qasimī*, uma relação com o *dirham arba‘īnī*, que divide (*qasama*) o *dinār* em meia fração (CONSTABLE 1994: 48, nota 120).
49. MEDINA GÓMEZ 1992: 151 (lâm. 48). Esta identificação processa-se de acordo com a metodologia adotada para as moedas referidas nos diplomas lorvanenses, partindo-se assim do pressuposto de que a designação “hallices”, à semelhança de “hazimis” e “mohomati”, nos remete para o nome do diretor de oficina responsável pela cunhagem das séries epónimas. Reforçamos, no entanto, que se trata de hipótese a merecer análise mais detalhada em futuro trabalho.

ções têm sido globalmente identificadas com o *dirham*.

Na história da moeda islâmica, a destituição de Sa'īd das funções de diretor da oficina de al-Andalus coincidiu com o momento em que se deu a exonerção da figura que foi, entre os anos de 322 e 330 H., o principal responsável pela política de amoedação do califado omíada de Córdova. Acusado de ter adotado práticas pouco escrupulosas no desempenho das suas funções, Sa'īd terá sido aprisionado e a sua destituição terá conduzido à nomeação de Qāsim como novo diretor da oficina. Sob a sua administração, entre os anos de 330 e 332 H., o volume da cunhagem oficial terá aumentado consideravelmente e ter-se-á caracterizado pelo lançamento de novas séries monetárias de elevado padrão estético, diferentes das séries de prata anteriores em virtude de se ter procedido a uma revisão em baixa do módulo, que transitou de 24,60mm para 23,77mm, tal como do peso, que passou de 3,02g para 2,80g. Durante este período ter-se-ão verificado algumas mudanças tipológicas na moeda, entre as quais a adoção de uma configuração retilínea para o letreiro da orla do anverso e o surgimento de um pequeno elemento fitomórfico estilizado entre as letras da primeira linha do reverso. Parece certo que estas alterações

terão perdurado pelo menos até à morte de Qāsim, ocorrida em 332 H., após a qual a administração da oficina terá ficado a cargo de Muḥammad, Hishām e 'Abd Allāh. Nos finais do ano de 336 H., a oficina monetária terá sido transferida temporariamente para Madīnat al-Zahrā', facto que terá originado a produção de moedas com características diferentes das que saíram da oficina de al-Andalus.

No termo do nosso trabalho, podemos afirmar que os religiosos residentes nos mosteiros da Vacariça e do Lorrão durante os séculos X e XI parecem ter sido capazes não só de reconhecer a denominação das moedas em circulação, diferenciando-as entre si, mas também de conferir um uso específico a estas moedas, adaptadas, como vimos, às circunstâncias particulares das transações em que ambas as comunidades se viram envolvidas. Os circuitos económicos em que os religiosos se movimentavam ter-se-ão caracterizado pela presença de moedas, indubitavelmente islâmicas, associadas a séries cunhadas em nome do califa omíada de Córdova e vistas como um meio necessário à realização das trocas e não como um objeto de entesouramento<sup>50</sup>. Embora os religiosos não se tenham mostrado interessados em recuperar a denominação árabe das moedas de prata mais frequentemente utilizadas

50. Refira-se que moedas cunhadas por estes mesmos diretores de oficina estiveram em circulação no Gharb al-Andalus e foram já encontradas em contextos arqueológicos no atual território português. A este propósito, consultem-se MACIAS & TORRES 1998: 186, n.º 248 (36-38), sem fotografia; POLARES 2000: 211-212 e 242-243, n.ºs 3 e 4. Neste último trabalho, estuda-se um tesouro encontrado em 1994 no povoado de Corte Gafo, nas proximidades da vila de Mértola, composto por oitenta e uma moedas de prata omíadas e hamúdidas, com um horizonte cronológico situado entre os califados de 'Abd al-Rahmān III e Idris I, ou seja, de 320 H./920 d.C. a 428 H./1036 d.C., e cunhadas nas oficinas de al-Andalus, Madīnat al-Zahrā', Madīna Sabta e Madīna Fās.

em contexto islâmico, preferindo antes classificá-las em função de termos que identificavam, na sua terminologia mais comum, o soldo e as suas variantes, parece pelo menos evidente que ambas as comunidades as utilizavam de forma corrente e que estas estavam integradas em circuitos económicos caracterizados por um certo grau de monetarização.

O mosteiro da Vacariça, em especial, parece ter implementado ao longo do século XI uma estratégia de desenvolvimento que terá radicado, entre outros aspetos, no dispêndio de quantias muito significativas de moeda guardada na instituição. Globalmente consideradas, as compras que foram feitas por este mosteiro podem ser vistas como um testemunho de que a estratégia da comunidade se direcionou para duas regiões – os rios Vouga e Douro –, tendo esta sido capaz de utilizar, em cada uma destas áreas, diferentes formas de pagamento. Parece, portanto, claro que o mosteiro dispunha de reservas de metal amoadado, e, com base nelas, pôde adquirir bens negociados por quantias muito variáveis, oscilantes entre os cinquenta e os trezentos soldos. Investidas na aquisição de prédios rústicos de diversa tipologia – como duas metades de uma herdade na vila de Recardães, em 1018, e uma herdade inteira na vila de Sever do Vouga e Quintela, em 1023, para além de duas partes, excetuando uma fração não-especificada, da vila de Leça, e uma inteira, excetuando a sexta, da de Pinheiro –, estas quantias foram não só usadas como forma de pagamento, mas também como solução alternativa à troca com base em géneros.

## Bibliografia

### Fontes

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ed.) (1867). *Portugaliae monumenta historica a saeculo octavo post Christum usque ad quintundecimum (I: Diplomata et chartae)*. Lisboa: Typis Academicis.

VENTURA, Leontina; VELOSO, M. Teresa; COSTA, Avelino de Jesus da (eds.) (1977-1979). *Livro preto da Sé de Coimbra*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

### Estudos

BASTIER, Jean (1979). La vente dans les Asturies du IX<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle. Droit et économie. *Revue historique de droit français et étranger* 57 (II): 569-609.

COELHO, Maria Helena da Cruz (1988). *O mosteiro de Arouca, do século X ao século XIII*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca.

\_\_\_\_ (1990). Santo Antonino de Barbudo. Um protagonista monástico da região bracarense em tempos medievos. In *Homens, espaços e poderes (séculos XI a XVI)* (II: *Domínio senhorial*). Lisboa: Livros Horizonte, 7-29.

CONSTABLE, Olivia Remie (1994). *Trade and traders in Muslim Spain. The commercial realignment of the Iberian Peninsula, 900-1500*. Cambridge: Cambridge University Press.

DURAND, Robert (1982). *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII<sup>e</sup> et XIII<sup>e</sup> siècles*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português.

FROCHOSO SÁNCHEZ, Rafael (1996). *Las monedas califales. De ceca al-Andalus y Madinat al-Zahra. 316-403 H./928-1013 J.C.*. Córdoba: Consejería de Cultura de la Junta de Andalucía – Obra Social y Cultural Cajasur.

GAUTIER-DALCHÉ, J. (1969). L'histoire monétaire de l'Espagne septentrionale et centrale du

IX<sup>e</sup> au XII<sup>e</sup> siècle. *Anuario de estudios medievales* 6: 43-95.

GUELLOUZ, Azzedine (2004). *L'Islam*. s.l.: Librairie Arthème Fayard.

HEISS, Aloiss (1872). *Description générale des monnaies des rois wisigoths d'Espagne*. Paris: À l'Imprimerie Nationale.

LAGUZZI, María del Pilar (1946). El precio de la vida en Portugal durante los siglos X y XI. *Cuadernos de historia de España* V: 140-147.

LOPES, Luís Seabra (2003). Sistemas legais de medidas de peso e capacidade, do Condado Portucalense ao século XVI. *Portugalia* XXIV: 113-164.

\_\_\_\_ (2005<sup>a</sup>). A cultura da medição em Portugal ao longo da história. *Educação e matemática. Revista da Associação de Professores de Matemática* 84: 42-48.

\_\_\_\_ (2005<sup>b</sup>). O moio-medida e o moio dos preços em Portugal nos séculos XI a XIII. *Anuario de estudios medievales* 35 (1): 25-46.

LOSA, António (1983). A moeda entre os Moçárabes nos séculos X e XI (segundo o *Liber testamentorum* de Lorvão). *Revista de Guimarães* XCIII: 219-229.

\_\_\_\_ (1984). The money among the Mozarabs of Portuguese territory. Data obtained from the "Livro Preto" of the See of Coimbra. In MARQUES, Mário Gomes (ed.). *Problems of medieval coinage in the Iberian area*. Santarém: Instituto Politécnico de Santarém, 283-294.

MACIAS, Santiago; TORRES, Cláudio (coord.) (1998). *Portugal islâmico. Os últimos sinais do Mediterrâneo*. Lisboa: Ministério da Cultura/ Instituto Português de Museus/Museu Nacional de Arqueologia.

MATTOSO, José (2002<sup>a</sup>). *Obras completas* (vol. 11: *A abadía de Pendorada. Das origens a 1160*). s.l.: Círculo de Leitores.

\_\_\_\_ (2002<sup>b</sup>). *Obras completas* (vol. 12: *O monaquismo ibérico e Cluny*). s.l.: Círculo de Leitores.

MEDINA GÓMEZ, Antonio (1992). *Monedas hispano-musulmanas. Manual de lectura y clasificación*. Toledo: Instituto Provincial de Investigaciones y Estudios Toledanos/CSIC – Diputación Provincial de Toledo.

MILES, George C. (1952). *The coinage of the Visigoths of Spain. Leovigild to Achila II*. Nova Iorque: The American Numismatic Society.

PASTOR DE TOGNERI, Reyna (1962). Ganadería y precios. Consideraciones sobre la economía de León y Castilla (siglos XI-XIII). *Cuadernos de historia de España XXXV-XXXVI*: 37-55.

PELLICER I BRU, Josep (1988). *Al-Andalus. Las fuentes y la numismática (Síntesis cronológico-metrológica de las acuñaciones del califato de Córdoba)*. Barcelona: Asociación Numismática Española.

POIARES, Antonino (2000). Diremes califais encontrados ao Norte de Mértola. *O arqueólogo português IV* (18): 201-268.

RIPPIN, Andrew (ed.) (2010). *The islamic world*. Londres-Nova Iorque: Routledge.

SÁNCHEZ-ALBORNOZ, Claudio (1960). Moneda de cambio y moneda de cuenta en el reino asturleonés. *Cuadernos de historia de España XXXI-XXXII*: 7-31.

\_\_\_\_ (2000). *Una ciudad de la España cristiana hace mil años. Estampas de la vida en León*. Madrid: Ediciones Rialp.

SERRANO REDONNET, Jorge Alberto (1944). Ovetensis monete. *Cuadernos de historia de España I-II*: 156-189.

VICO MONTEOLIVA, Jesús; CORES GOMENDIO, María Cruz; CORES URÍA, Gonzalo (2006). *Corpus nummorum visigothorum. Ca. 575-714. Leovigildus-Achila*. Madrid: Editado por los Autores.

MÁRIO BRUNO PASTOR

CITAR – Centro de Investigação em Ciência e Tecnologias das Artes

Universidade Católica Portuguesa – Escola das Artes

FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia

mbrunopastor@gmail.com

# O chamado *dinheiro* *de duplo báculo* de Dom Afonso Henriques: uma referenciação ibérica do imaginário heráldico dos duques de Borgonha

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 21 - 44

## RESUMO

A partir de 1128, o jovem infante portugalense, Afonso Henriques, iniciou a condução de um processo de afirmação política e militar que visava a elevação do seu condado à categoria de reino e, conseqüentemente, à sua independência face à tutela do Reino de Leão. Apesar de longo, o processo acabaria por se concretizar com o reconhecimento definitivo do Reino de Portugal por parte do papa Alexandre III, em 1179. Durante o meio século que durou este percurso, ora diplomático, ora beligerante, Afonso Henriques cunhou as primeiras moedas nacionais portuguesas, afirmando-se como rei de Portugal e, ao mesmo tempo, desenhando os primeiros esboços do universo heráldico dos emblemas nacionais. Todavia, as primeiras cunhagens de Afonso Henriques representam ainda uma variedade de símbolos, tanto pessoais, como institucionais, que têm sido objeto de diferentes interpretações, nem sempre fáceis de descodificar. Propomos neste trabalho fazer uma interpretação iconológica de um dos espécimes mais difundidos do primeiro rei de Portugal: o chamado *dinheiro de duplo báculo*, contextualizando a adoção do emblema ancoriforme patente nestas moedas, com a tradição monetária merovíngia e a sua continuação no ducado de Borgonha, génese dinástica da linhagem paterna de Afonso Henriques.

**PALAVRAS CHAVE:** dinheiro de Afonso Henriques; duplo-báculo; cruz de São Clemente; Santo Elói moedeiro; ducado de Borgonha.

## ABSTRACT

In 1128 the young Portuguese prince, Afonso Henriques, had begun a long process of political and military affirmation, in order to elevate his county to the category of an independent state, separated from the Kingdom of León. This process finally came to an end with the definitive recognition of the Kingdom of Portugal by Pope Alexander III, in 1179. During the half-century that lasted this process (must diplomatic, but also belligerent), Afonso Henriques struck the first Portuguese coins, claiming to be King of Portugal and, at the same time, testing the first sketches of the heraldic universe of Portuguese national coat of arms. However, Afonso Henriques' earliest coinage still represents a variety of symbols, both personal and institutional, that have been the object of many different interpretations, not always easy to decode. We propose, in this paper, a different iconological interpretation of one of the most widespread coins of the first king of Portugal: the so-called *double-crosier dinheiro*, relating the adoption of the anchor-form heraldic emblem in these coins with the Merovingian monetary tradition and its continuation in the duchy of Burgundy, after all, home of the dynastic lineage of Afonso Henriques' own father and all his paternal ancestors.

**KEYWORDS:** Afonso Henriques' dinheiros; early Portuguese coins; double-crosier; Saint Clement Cross; Saint Eligius moneyer; duchy of Burgundy.



## Introdução

Ainda que sendo uma fonte de material iconográfico diversificado e relativamente abundante, a Numismática nem sempre tem merecido uma atenção mais cuidada no que concerne à interpretação iconológica dos temas propagados através da cunhagem<sup>1</sup>. Com efeito, a abordagem numismática tradicional procura, normalmente, realizar apenas uma descrição iconográfica (bem como metrológica) simples do objeto. As considerações contextuais, hermenêuticas e semióticas dos motivos expostos nas faces das moedas não têm sido, *grosso modo*, alvo de uma maior atenção, sobretudo no plano académico português<sup>2</sup>.

Os trabalhos de Numismática portuguesa que foram aparecendo, sobretudo a partir de Teixeira de Aragão, com a publicação da *Descrição histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*, em 1875, ainda que realizados, na maior parte das vezes, com base em metodologias científicas rigorosas, nem sempre se integraram no contexto da investigação académica, sendo, normalmente, obras nem sempre solidamente integradas num conhecimento historiográfico (ou mesmo económico) mais solidificado.

A diversidade de tipos monetários cunhados em Portugal, só durante a Primeira Dinastia, é suficientemente extensa para um estudo individualizado de cada peça. Como tal, o que nos propomos considerar neste pequeno ensaio é apenas o chamado dinheiro (por vezes em tipologia designada de mealha) de *duplo báculo*, atribuído a Dom Afonso Henriques.

## Dinheiros e mealhas

O dinheiro (do lat. *denarius*, fr. *denier*, it. *denaro* e es. *dinero*) é a moeda por excelência de toda a Baixa Idade Média Ocidental. A sua origem é tradicionalmente apontada como estando integrada nas reformas carolíngias de meados do século VIII<sup>3</sup>. Em termos monetários propriamente ditos, a criação do dinheiro baseia-se na introdução de um sistema monometalista assente no numerário de prata. A primeira referência ao dinheiro e à sua cotação é, contudo, ainda mero-víngia. Com efeito, o documento mais antigo que faz referência aos dinheiros e à sua indexação ao soldo<sup>4</sup> (doze dinheiros correspondiam a um soldo) é um diploma de Dagoberto, datado do ano 629<sup>5</sup>. Esta referência ancestral do dinheiro enquanto moeda vem, de certo modo, confirmar a tese que a sua origem está

1. De notar, contudo, que William McAllister Johnson abordou temas de interpretação numismática ainda com o próprio Erwin Panofsky (JOHNSON 1968).
2. Com alguma exceção no campo da numária sobretudo clássica (mais concretamente romana), que, em termos arqueológicos, tem merecido algum destaque interpretativo que ultrapassa a simples recolha de informação cronológica da moeda.
3. LE GOFF 2010: 23.
4. O soldo não era, *per se*, uma moeda efetiva, mas apenas uma moeda de conta, isto é, os soldos medievais não foram cunhados, eram apenas nomeados como unidade de contagem; apenas o dinheiro e a sua fração de metade, o óbolo ou mealha, é que foram moedas com curso real.
5. FURNIAL 1970: 46.

mais relacionada com a depreciação da unidade tradicional germânica da Alta Idade Média, o triente (do lat. *triens*), do que a ideia vulgarizada que o dinheiro pretendeu ser uma recuperação carolíngia do velho denário de prata romano<sup>6</sup>. Na verdade, os últimos trientes germânicos (sobretudo dos merovíngios e dos visigodos) eram já peças com concentrações de ouro muito reduzidas, na ordem das 600 milésimas de prata, para as 300 de ouro e 100 de cobre<sup>7</sup>. Deste modo, não só o aspeto geral dos últimos trientes era já prateado, com um módulo médio em torno dos 12 a 15 mm, bem como já apontavam, em termos de representação iconográfica, com um tema estilizado, normalmente associado ao emissor (podendo ser um retrato) no anverso, e uma cruz no reverso, aproximando-se, portanto, do que viriam a ser os dinheiros do sistema monometalista da Baixa Idade Média.

Estes primeiros dinheiros merovíngios, bem como os últimos trientes da mesma dinastia, estão intimamente ligados a Santo Elói, oficial monetário de Dagoberto (629-639) e Clóvis II (639-657), em Paris (Lafaurie, 1977: 116-117).



**Figura 1** – Dinheiro em prata merovíngio, anepígrafo; segunda metade do século VII, 10 mm. No anverso, estilização de templo, com cruz no topo; no reverso, duas figuras recurvas, em forma de W, encimadas por cruz.



**Figura 2** – Triente em ouro de baixa lei, batido em nome de Clóvis II (639-657); 12 mm. No anverso, efígie, à direita, de Clóvis II, com legenda PARIS; no reverso, cruz de âncora, com legenda [CH]LODOV[IVS REX] e, ao centro, legenda retrógrada ELICI.

Após a época merovíngia, a fixação do dinheiro como moeda efetiva e o abandono oficial das cunhagens em ouro acompanharam a emergência de um sistema monetário novo, exclusivamente monometalista<sup>8</sup>. As reformas carolíngias do numerário estão intimamente ligadas

6. Em termos etimológicos, naturalmente que o dinheiro nos remete para a nomenclatura latina do *denarius* do Império Romano. Com certeza que essa memória terá estado na base da determinação do nome da moeda, mas a realidade é que o denário romano já não era cunhado desde meados do século III e as últimas referências latinas a essa moeda, já enquanto moeda de conta apenas, são das reformas de Diocleciano, do célebre Édito dos Preços Máximos (*Edictum de Pretiis Rerum Venalium*), do ano 301.

7. MARQUES, CABRAL & MARINHO 1995: 170.

8. Ainda que teoricamente o sistema carolíngio tivesse por base apenas a prata, não o devemos entender como sendo absoluto. A prata das cunhagens era sempre ligada ao cobre (por questões técnicas, de fortalecimento do metal precioso, mas também, e sobretudo, por questões económicas, pois, quanto menos pura fosse a moeda, mais barata saía ao erário); a prata ligada em proporção inferior a metade (500 milésimas) é designada por bolhão. Com o decorrer dos séculos, os dinheiros foram perdendo prata. Para contornar essa depreciação e incutir confiança pública nas moedas, os governantes recorriam ao branqueamento da moeda, que consistia num processo de cozedura das moedas numa solução à base de mercúrio, de modo a

às reformas ponderais. A confirmação da indexação do dinheiro ao soldo (*in est duodecim denariū*) verifica-se ainda em 743, numa capitular, de Estinnes, do tempo de Carlomano, duque dos francos, filho de Carlos Martel. Cerca de cinquenta e cinco anos depois, Carlos Magno, em 797, confirma o novo sistema monetário: *in argento duodecim denarios solidum faciant*<sup>9</sup>.

Os dinheiros carolíngios estão na base de todos os dinheiros cunhados na Europa Ocidental até aos inícios do século XVI<sup>10</sup>. No caso dos reinos cristãos ibéricos, o sistema monometalista carolíngio foi pontualmente acompanhado por um sistema paralelo de emissões em ouro de influência árabe, os morabitanos (em Portugal) ou maravedís (em Leão e Castela); contudo, a relação cambial entre dinheiros e morabitanos estava sujeita a variações constantes, semelhantes às taxas de câmbio (salvo o anacronismo) entre as divisas, nos mercados contemporâneos.

A tipologia dos dinheiros é baseada em dois vetores constantes: uma cruz numa das faces (normalmente no reverso) e o tema principal identificativo do poder emissor (régio, eclesiástico ou feudal<sup>11</sup>). Temos, portanto, uma face que poderíamos designar como sendo *communis*, com a cruz, e outra face que seria a distintiva. Nesta face distintiva, os temas

carolíngios surgem agrupados em três grandes categorias<sup>12</sup>:

- a) Anagramáticos (recurso a anagramas ou simplesmente iniciais);
- b) Epigráficos (séries textuais em linhas horizontais);
- c) Arquitetónicos (representação de edifícios, normalmente religiosos).

Os dinheiros posteriores, sejam dos Capetos franceses, ou mesmo os dinheiros da Península Ibérica, a partir dos finais do século X, preservam sempre a cruz no reverso, mas introduzem novas temáticas, com especial destaque para a criação românica, na face do emissor:

- a) Efigies (podem ser vistas de perfil ou frontais);
- b) Zoomórficos (incluem-se animais existentes e fantasiosos);
- c) Vegetais (motivos florais decorativos);
- d) Geométricos (normalmente abstrações simétricas de sabor românico);
- e) Heráldicos (armas nacionais, escudos, símbolos religiosos).

Os módulos dos dinheiros variam bastante através dos tempos, bem como o seu peso.

Em termos médios, encontram-se entre os 17 e os 21 mm, com pesos mé-

---

realçar-lhes o tom prateado à superfície.

9. FURNIAL 1970: 57.

10. No condado do Bearn, os dinheiros, cunhados apenas em cobre, por Catarina de Navarra, foram batidos até cerca de 1516. Terão sido estes os últimos dinheiros de tradição carolíngia. Em Portugal, os últimos dinheiros foram cunhados durante o reinado de D. Fernando I (1367-1383).

11. No caso português, apenas a Coroa emitiu moeda.

12. HERNÁNDEZ CANUT 2002: 12.

dios entre os 0,8 e 1,5 g. Esta variação diz sobretudo respeito a depreciações conjunturais da moeda e a especificações regionais/nacionais das cunhagens. Contudo, no caso francês e na maior parte dos reinos ibéricos, os módulos mais pequenos e mais leves correspondem a frações de 50 por cento do dinheiro, mais concretamente os óbolos ou mealhas. No caso português, tem-se considerado que as moedas com menos de 16 mm serão mealhas, e não óbolos. Mário Gomes Marques alerta para a dificuldade em distinguir umas peças das outras e salienta que as diferenças mínimas de módulo e de peso podem não indicar frações, mas apenas variações médias aceitáveis em processos de cunhagem rudimentares. Aliás, acrescenta que os dados metrológicos disponíveis não confirmam variações de 50 por cento no talhe do metal, pelo que a designação mealha e dinheiro para moedas do mesmo tipo, apresentando apenas ligeiras variações de módulo (por vezes apenas um ou dois milímetros) não é a mais indicada, considerando que, nesses casos, ou são todas dinheiros ou são todas mealhas<sup>13</sup>. Seguindo esta premissa, trataremos as moedas aqui em análise como sendo exclusivamente dinheiros.

### Dinheiros de Dom Afonso Henriques

Uma das mais antigas afirmações de soberania é, precisamente, a emissão de moeda. No caso português, as primeiras emissões correspondem precisamente ao reinado de Afonso Henriques.

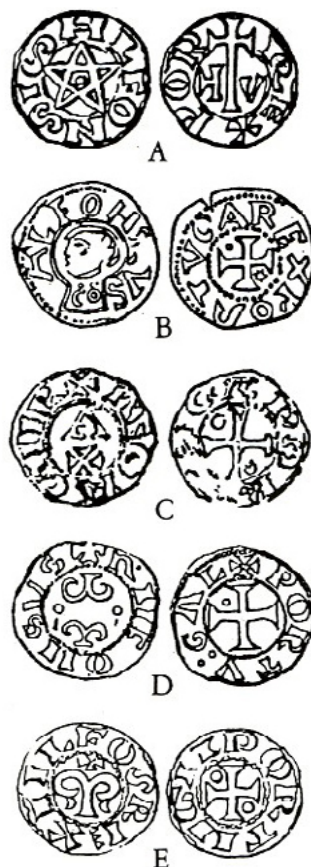


Figura 3 – Tipos monetários de dinheiros cunhados por Dom Afonso Henriques, segundo MARQUES 1996: 55. O tipo monetário que analisaremos é o tipo E.

O tipo monetário A é talvez o que há mais tempo é conhecido entre nós. Teixeira de Aragão publicou-o em 1875<sup>14</sup>, tendo por base o exemplar da coleção de Dom Luís I. Aragão descreve-o como tendo dois triângulos sobrepostos, formando um pentagrama, e legenda circular ALFONSIS, no anverso, e uma cruz latina

13. MARQUES 1996: 71-72.

14. ARAGÃO 1964: 143.

ladeada pelas letras A e Õ e legenda circular REX POR, no reverso. Batalha Reis<sup>15</sup> sugere que o A e o Õ são na verdade um T e um V, continuação de POR(*tv*). Discordamos desta interpretação; a leitura deverá ser feita de forma retrógrada e a 180° (características muito comuns de inversão em negativo, resultantes do processo de abertura de cunhos), devendo o A (alfa) ser lido sem barra horizontal e o Õ (ómega) deitado, em forma de âncora. Em 1996 Alberto Gomes<sup>16</sup> publicou uma variante deste tipo, com uma estrela de David (com seis pontas), no lugar do pentagrama. Na altura era apresentada como exemplar único; atualmente são indicados dois exemplares conhecidos, no catálogo.

O tipo B, também já apresentado por Aragão em 1875, é composto por uma efigie do rei, voltada à esquerda, no anverso, sobre as iniciais CO e legenda circular ALFONSVS. As iniciais CO são por vezes identificadas como o acrónimo de CO(*imbra*), onde a moeda poderá ter sido cunhada. No reverso, uma cruz equilateral com uma estrela no segundo quadrante e uma arruela no último quadrante, e a legenda circular REX PORTVGA. Batalha Reis<sup>17</sup> publicou o exemplar em 1952, mas reconhece muitas reservas quanto à sua autenticidade. Conhecem-se apenas quatro exemplares<sup>18</sup>.

O exemplar C foi publicado pela primeira vez por Batalha Reis, no já citado

artigo de 1952. No anverso apresenta a inicial A sobre uma cruz pátea e a legenda circular +AFONSVS (ou +AFONSVR); no reverso, uma cruz equilateral cantonada por pontos no segundo e último quadrantes, ladeada pela legenda +PORTVGA. A palavra *rex* não aparece explicitamente nas legendas (poderá estar abreviada na leitura *afonsv r*, mas não é conclusiva), o que poderá ser um indicador cronológico a considerar. Conhecem-se apenas dois exemplares.

O tipo D foi apresentado em 1956<sup>19</sup>. Trata-se de um exemplar único. No anverso apresenta uma composição de dois ómegas em forma de âncora sobrepostos, ladeados pela legenda +R. AFONSVS; no reverso, cruz equilateral cantonada por ponto no último quadrante e legenda PORTV:GAL.

A balizagem cronológica das amoeções de Dom Afonso I é uma tarefa difícil que ainda está por fazer. A primeira razão para que tal aconteça é que não se conhece documentação redigida entre 1139 e 1185 com referências à moeda portuguesa, ou a moedeiros portugueses<sup>20</sup>; efetivamente, o longo reinado de Dom Afonso Henriques (contando seja desde Zamora, 1143, Ourique, 1139, ou São Mamede, 1128) é outra das dificuldades que se levantam para estipular períodos de cunhagem por tipologia. A questão do exemplar de tipo C (sem referência explícita ao título de *Rex*) poderia

15. REIS 1952: 46.

16. GOMES 2007: 68.

17. REIS 1952: 47.

18. MARQUES 1996: 57.

19. GUEDES 1956: 57-58.

20. GAMBETTA 1978: 25.

remeter essa cunhagem para um momento anterior a, pelo menos, 1139, mas, ainda assim, é uma possibilidade especulativa, pois a titulação da chancelaria de Afonso Henriques também não é linear<sup>21</sup>, sendo o mais comum a referência ao nome do reino/território (nos selos e nos rodados diplomáticos) do que propriamente ao nome de Afonso<sup>22</sup>. Talvez ciente desta dificuldade, Gambetta<sup>23</sup> sugeriu que as amoedações de Afonso Henriques são todas da mesma oficina (no Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra) e todas do final do reinado, já durante a pseudo-regência de Dom Sancho I, a partir de 1184; estas considerações têm por base apenas uma conjuntura genealógica elaborada a partir do nome de um magistrado da Casa da Moeda de Coimbra, no reinado de Dom Sancho I, o mais antigo moedeiro identificado em documentação portuguesa, que terá nascido por volta de 1145 e começado a laborar, naturalmente, bastante depois.

### O chamado dinheiro de *duplo báculo*

O exemplar E (figura 3) foi pela primeira vez publicado por Batalha Reis, numa pequena notícia ilustrada de sete parágrafos, no *Diário de Notícias* de 20 de janeiro de 1937. A notícia dá conta de um achado

ocorrido em Coimbra. A moeda tem cerca de 16 mm e é identificada como sendo uma mealha (meio dinheiro).

Batalha Reis faz uma leitura precisa das legendas: anverso – PORTVG(*al*); reverso – ALFO(*nsvs*).



Figura 4 – Gravura original do *Diário de Notícias*, de 20 de janeiro de 1937, segundo REIS 1937.

No que concerne à descrição iconográfica, Reis considera que o tema do anverso é a efígie coroada do próprio rei vista de frente. O autor ressalva a raridade, entre a numeração portuguesa, deste tipo de representação, mas faz também uma contextualização, mais ou menos apropriada, das emissões coevas de Dona Urraca e de Luís VII de França, bem como da velha tradição dos trientes visigóticos. No entanto, confrontando exemplos dos retratos frontais sugeridos (figuras 5 a 7), pessoalmente, descartamos essa interpretação.

21. De referir que, no traslado do foral de Ponte de Lima (ANTT, PT/TT/FC/001/439), copiado em 1377 a partir da confirmação de 1217, que, por sua vez, reproduz a carta original atribuída por Dona Teresa em 1125, Afonso Henriques surge como cooutorgante e é designado, pela mãe, como *filius meus Alfonsus Rex*. Naturalmente, uma transcrição tão tardia, ainda para mais feita a partir de uma segunda leitura do documento, transportará algumas imprecisões e reformulações, mas não deixa de ser pertinente para considerar as diferentes aceções das titulações ibéricas nos séculos XI e XII, nomeadamente o título de *rex* ou *regina* (como no caso de Teresa), por vezes usado como chancela nobiliária de filiação e linhagem, não obrigatoriamente com o sentido mais lato de título de poder.

22. MATTOSO 2007: 79-80.

23. GAMBETTA 1978: 26-27.



Figura 5 – Anverso de triente em ouro de Sisebuto; emissão de Braga, 612-621, 17,7 mm. Efígie frontal de Sisebuto geométrica, com legenda +SISEBVTVSR: (Coleção do Banco de Portugal).



Figura 6 – Dinheiro de Luís VII de França (1137-1180); emissão de Lauduno, 17 mm. No anverso, efígie coroada frontal de Luís VII, com legenda +LVDOVICVS RE; no reverso, efígie mitrada frontal do bispo Gualtar, com legenda GVALTERVS EPC.



Figura 7 – Dinheiro de Dona Urraca; emissão de Toledo, 1109-1126, 18 mm. No anverso, efígie frontal de Dona Urraca, com diadema perolado, com legenda +VRACA RE; no reverso, cruz equilateral, com legenda +TOLETVO.



Figura 8 – Dinheiro de Afonso Henriques; c. 17 mm. No anverso, cruz pátrea sobre composição curvilínea simétrica ladeando uma haste vertical, com legenda ALFOS REX; no reverso, cruz equilateral cantonada por ponto no último quadrante, com legenda PORTVGA (Coleção BES, atual propriedade da Direção Geral do Património Cultural).

Como podemos verificar, a posição das legendas do exemplar publicado por Batalha Reis em 1937 (figura 4) é inversa ao exemplar da figura 8. Dada a alguma frequência com que estes exemplares têm aparecido (em 1952 Batalha Reis publicou um segundo, achado em Óbidos), foi possível constatar que o posicionamento das legendas (personalidade emissora e território emissor) variam de face para face. Com efeito, este tipo monetário acabou por se tornar no menos raro das amoedações do primeiro rei de Portugal, tendo aparecido, inclusivamente, vários exemplares no mercado.

Quanto à interpretação do tema do anverso, a questão mantém-se em aberto. A proposta de Batalha Reis, do busto frontal, não colheu seguidores. Ainda que Batalha Reis<sup>24</sup> tenha insistido na sua interpretação, rapidamente outras leituras começaram a ser apresentadas.

Ferraro Vaz<sup>25</sup> considera que o tema é,

24. REIS 1952: 47.

25. Vaz 1960: 177-178.

na verdade, um *duplo báculo* dominando dois crescentes. Em termos iconológicos, o autor refere a possibilidade de haver uma ligação de contexto a, e por esta ordem, *Borgonha, Cluny, Cister e Templários*. Na verdade, trata-se apenas de uma sugestão vaga, indicando relações históricas e cronológicas do reinado afonsino, mas sem qualquer tipo de aprofundamento, nem conjuntural, nem tampouco de interpretação comparativa ou analítica do tema da moeda. Na verdade, é um conjunto de pistas indicativas que poderão, ou não, vir a fazer sentido.

Ferraro Vaz, no entanto, estabelece uma comparação com o chamado báculo de São Pelágio de Leão (*Pelayo de Léon*), na verdade uma crosse de báculo em madeira, depositada no túmulo do século IX do prelado leonês:



Figura 9 – Crosse de báculo em madeira do túmulo de *San Pelayo* (catedral de Leão, século IX).

Apesar da aproximação gráfica ser sugestiva (uma haste horizontal que se curva simetricamente em torno de um eixo vertical central) e, até certo ponto, visualmente próxima do tema do dinheiro em estudo, o autor não nos indica nenhum outro tipo de analogia contextual

que possa relacionar os símbolos de poder episcopal leonês no século IX, com a simbólica do poder régio do século XII em Portugal. De facto, não conseguimos estabelecer relação entre o poder da Coroa e o poder episcopal ou abacial com a representação de um *duplo báculo*. Na melhor das hipóteses, poderia ser uma relação entre o poder régio e os dois grandes poderes locais religiosos (das dioceses e dos mosteiros), atribuído sob a forma de concessão de emissão monetária a um abade ou a um bispo. Neste sentido, o *duplo báculo* deveria ser entendido não como um, mas sim dois báculos adossados. Na verdade, uma descrição já proposta por Anatole Barthelemy, em 1850, para as moedas de Roberto II, duque da Borgonha, entre 1272 e 1305<sup>26</sup>, mas apenas como forma descritiva – sem reflexão contextual, portanto – e com algumas reservas<sup>27</sup> quanto à interpretação do símbolo apresentado nas moedas do duque Roberto II.



Figura 10 – Dinheiro de Roberto II da Borgonha; emissão de Dijon, 1272-1305, c. 18 mm. No anverso, dois báculos adossados (segundo a tradição oitocentista) ou uma anilha heráldica,

26. BARTHELEMY 1850: 29.

27. O autor utiliza o advérbio *peut-être* para se referir ao conceito de *báculos adossados*.



segundo leituras contemporâneas, sobre duas estrelas, com legenda +R.DVX BVRG:DIE; no reverso, cruz equilateral cantonada por estrela no primeiro quadrante e arruela no terceiro, com legenda +DIVIONENSIS.



Figura 11 – Um outro dinheiro de Roberto II; emissão de Dijon. Anverso semelhante à figura 10, mas com um crescente e uma estrela; no reverso, cruz equilateral cantonada por estrelas, no primeiro e terceiro quadrantes.

Apesar da tese do *duplo báculo* ainda ser a preferida em termos de catalogação atual do dinheiro do tipo E de Afonso Henriques, Mário Gomes Marques apontou já uma outra possibilidade:

“As moedas deste tipo (E) ostentam, no anverso, um símbolo cuja interpretação é discutível, mas que, provavelmente, não é mais que a versão simplificada da árvore crucífera, um motivo com largas tradições nas cunhagens aragonesas”<sup>28</sup>.

Na verdade, a tradição numismática espanhola (e não só<sup>29</sup>) tem referido os elementos da chamada árvore crucífera como sendo de natureza floral ou vegetalista<sup>30</sup>.



Figura 12 – Dinheiro de Afonso VII de Leão e Castela; emissão de Leão, 1126-1157. No anverso, a chamada árvore crucífera, com legenda LEO CIVITAS; no reverso, cruz equilateral, com legenda ANFVS REX.

Esta associação a um grafismo vegetalista, como a árvore crucífera, tem por base uma disposição do século XIII de Jaime I de Aragão e Navarra, sobre a qual Faustino Menéndez Pidal elabora uma muito interessante reflexão (o negrito é nosso):

“En el siglo XIII no se sabía la historia de lo signo gráfico de las viejas monedas aragonesas, pero **hubo necesidad de nombrarlo y se recurrió, naturalmente, al de alguna figura próxima, ya que no existía, para el signo monetar, un nombre específico, por no representar nada conocido.** En las instrucciones ditas por Jaime I para labrar las primeras monedas valencianas leemos: *monetam cudi fecimos sub signo salutifere crucis supra florem et nomen regni Valencie posite... in cuius una parte sit caput regium coronatum et in reliqua parte sit arbor ad modum floris, in cuius sumitate, extensa usque ad superiorem circulum, ponatur crux contigua ipsi ar-*

28. MARQUES 1996: 58.

29. LHOTKA & ANDERSON 1989: 28 (para Leão e Castela) e 45-46, 49 (para Aragão).

30. ROMA 2014: 30.

*bori infra extremum circumulum. (...) Llamar al signo monetaral Arbor ad modum floris o quasi arboris frondes (em outra passagem não transcrita) no quiere decir que fuese o representase realmente tales cosas, ni siquiera que los redatores de estos textos lo creyeran; simplemente le dieron un nombre de algo conocido y semejante*<sup>31</sup>.

O autor toca aqui num ponto sensível para toda esta questão interpretativa: a percepção dos símbolos (neste caso monetários) perde-se e reinventa-se. No século XIII, a impressão das antigas moedas do Condado de Barcelona (gênese do Reino de Aragão) era já algo interpretativa, isto é, construída a partir de uma leitura contemporânea (do século XIII). O seu significado original estaria já perdido e foi reinventado, no caso, sobre a designação de *Arbor ad modum floris*. Esta designação, por ser mais recente e por ser sobrevivente, é a que chegou até aos nossos dias, não significando, contudo, que possa ser rigidamente aplicada a interpretações de material mais antigo, nomeadamente dos séculos XI e XII.

O exemplo das moedas originais do Condado de Barcelona e as de Aragão, no século XIII, é paradigmático.



**Figura 13** – Dinheiro de Ramón Berengário de Barcelona; 1131-1162. No anverso, figura tradicionalmente designada como *flor-de-lis rudimentar* ou árvore, com legenda BE REN GAR IVS; no reverso, anepígrafo, cruz equilateral cantonada por quatro arruelas.



**Figura 14** – Dinheiro de Jaime I de Aragão; emissão de Valença, c. 1239). No anverso, effigie coroada de Jaime I, à esquerda, com legenda :IACOBVS REX; no reverso, árvore crucífera, com legenda VALENCIE.

Apesar da figura do anverso da moeda da figura 13 (considerada como uma *flor-de-lis rudimentar*) ter servido de base para a disposição de Jaime I, cerca de oitenta a cem anos depois, sobre os reversos das suas moedas valencianas (figura 14) e para a criação do conceito (pelo me-

31. PIDAL 2004: 21-22.

nos a nível monetário) de árvore crucífera, nada nos indica que o tema original, conservado, aliás, nas moedas borgonhesas também do século XIII (figuras 10 e 11) e patente no tipo E aqui em questão, de Afonso Henriques, e no dinheiro (figura 12) de Afonso VII, seja efetivamente também uma árvore crucífera. Com efeito, poderia até ser anacrónico introduzir tal conceito para emissões anteriores à disposição de Jaime I.

Qual é então a base iconográfica do dinheiro de tipo E? Pensamos que a pista a seguir para a resposta está para além dos Pirenéus, mais concretamente na Borgonha.

### A influência borgonhesa

Para além da relação de influência de Hugo de Cluny e de Bernardo de Claraval e dos cistercienses na definição da estratégia política e religiosa do Condado Portucalense, a tradição cronística nacional, e mesmo a própria tradição historiográfica<sup>32</sup>, não tem dado destaque significativo à influência genealógica paterna de Afonso Henriques. Com efeito, a herança do conde Dom Henrique e da sua linhagem borgonhesa (Henrique é neto direto de Roberto I, o primeiro duque capetiano de Borgonha) teria que pesar, em termos de identificação nobiliária, na construção da personalidade de Afonso Henriques, tal como a herança de Dom Raimundo, filho de Guilherme I, conde

de Borgonha, terá marcado o sentido identitário de Afonso Raimundes (Afonso VII de Leão e Castela).

Num contexto nobiliárquico medieval, a linhagem paterna é a linhagem preponderante: é sobretudo sobre ela que são invocados os direitos nobiliários e as tradições varonis, nomeadamente as tradições heráldicas e simbólicas<sup>33</sup>. Independentemente de os primos praticamente não terem tido contacto com os respetivos pais (tinham ambos apenas sensivelmente dois anos quando perderam os respetivos pais<sup>34</sup>), a memória das suas linhagens paternas terá estado sempre presente no desenrolar das suas ações. Aliás, a designação *Casa de Borgonha*, para designar a primeira dinastia portuguesa e a sucessão de Afonso VII em Leão e Castela, permanece na historiografia portuguesa e espanhola.

Em contrapartida, do lado francês, a referência aos primos na Península Ibérica mantinha-se assumidamente fresca no século XII. Com efeito, Hugo II, duque de Borgonha, era sobrinho do conde Dom Henrique e, como tal, primo de Afonso Henriques; manifestou vontade, por volta de 1130, de empreender uma peregrinação a Santiago de Compostela e, ao mesmo tempo, visitar os seus parentes que ocupavam os tronos ibéricos:

“Le duc (Hugo II) devait, depuis longtemps former le projet de visiter les provinces, où ses ancêtres avaient laissé d'éclatants sou-

32. MATTOSO 2007: 19.

33. Não invalida, contudo, que tanto Afonso Henriques como Afonso Raimundes tenham utilizado o argumento de direito sucessório e até de titulação imperial (no caso de Raimundes) do avô materno, Afonso VI.

34. Afonso Raimundes nasceu em 1105 e o conde Dom Raimundo morreu em 1107; por seu turno, Afonso Henriques nasceu em 1109 e o conde Dom Henrique viria a morrer em 1112.

venirs de vaillance, et dont les princes de sa famille occupaient les trônes. Il voulut faire le pèlerinage de Saint-Jacques de Compostelle en Galice”<sup>35</sup>.

A datação exata da peregrinação ibérica de Hugo II não é consensual, sendo calculada como tendo ocorrido algures entre 1130 e 1140. Também não sabemos se Hugo se encontrou, de facto, com Afonso I e Afonso VII. Em 1130, já Dona Teresa e Dona Urraca haviam morrido, mas a sua residência régia em Caldas de Reis (onde, aliás, nasceu Afonso VII), a cerca de 40 quilómetros de Compostela, ainda estaria funcional. Não seria de se descartar a hipótese de os três primos se terem reunido, algures, durante a visita de Hugo II, tanto que essa parece ter sido uma das intenções do duque (sabe-se que durante a peregrinação, Hugo II visitou, pelo menos, o seu primo Guilherme X, duque da Aquitânia, que viria a acompanhá-lo na peregrinação e, aliás, morreria em Compostela, em abril de 1137).

Em 4 de julho de 1137 (data que poderá coincidir, portanto, com a visita de Hugo II), Afonso Henriques e Afonso Raimundes reuniram-se em Tui, para assinar o célebre tratado, onde Afonso Henriques presta homenagem ao imperador seu primo. Sabemos, inclusivamente, que ambos se deslocaram, após o tratado, em peregrinação a Compostela<sup>36</sup>. É curioso notar que, dias antes, a 28 de

junho de 1137, ocorrera um grande e devastador incêndio em Dijon, destruindo não só as construções civis, como afetando também o castelo dos duques<sup>37</sup> e a própria abadia de Saint-Etienne, sua contígua<sup>38</sup>. Não é possível, porém, apurar se Hugo se encontrava à data em Dijon, a sua aparente ausência durante e após o incêndio poderá indicar que estaria fora, estaria em peregrinação?

Em todo o caso, durante a peregrinação, Hugo II fez-se acompanhar de uma comitiva ducal (onde figurava o próprio abade Pierre de Saint-Bénigne), que terá seguramente deixado algum tipo de impressão vívida sobre aspetos da corte de Dijon na primeira metade do século XII. De entre esses aspetos, não seria de se estranhar a presença de moedas (ora ofertadas no seguimento da tradição piedosa das peregrinação régias, no caso ducalis, mas similares) ou até mesmo de magistrados da sua Casa da Moeda do Castelo de Dijon.

Seguindo estas possibilidades, conhecer as moedas de Hugo II seria abrir caminho para permitir refletir sobre a sua influência nas cunhagens dos dois Afonsos. Contudo, os problemas de datação das moedas dos duques de Borgonha

35. PETIT 1889: 7.

36. MATTOSE 2007: 70, 142-144.

37. Segundo alguns autores (PETIT 1889: VII) a residência dos duques era, à época de Roberto I, o primeiro dos Capetos e o primeiro a fixar-se em Dijon, um simples castelo: *Divione Castré*.

38. PETIT 1889: 33.

39. GRAS 1964: 44.

não é fácil de se tratar. Com efeito, esta dificuldade foi já apontada por Pierre Gras<sup>39</sup>. Com a exceção de Roberto II, já no século XIII, todos os duques entre 1076 e 1349 se chamam Hugo (*Hugues*) ou Odão (*Eudes*). Assim, temos quatro Odões e quatro Hugos, sendo a distinção entre Hugo II, III e IV a mais volátil.

A indicação cronológica mais antiga que recolhemos é do marquês de Migieu. O marquês identifica até um dinheiro na sua prancha 1\*\* como sendo de Hugo II,

cunhado em Dijon, em 1076, e outro de Hugo III, também de Dijon, em 1183. O problema desta datação setecentista é que não revela nenhuma pista de fundamentação. Aliás, em 1076, Hugo II ainda nem tinha nascido, sendo duque o seu bisavô, Roberto I.

Em todo o caso, é na descrição das moedas da prancha anterior (1\*) que nos são reveladas algumas pistas sobre a forma de descrever os elementos que surgem nas moedas, e é esse aspeto que convém reter.

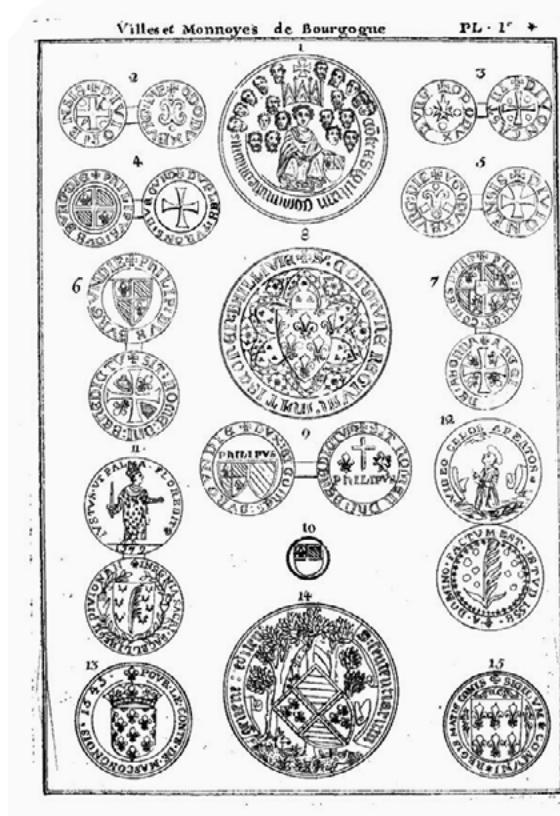


Figura 15 – Prancha 1\* de MIGIEU 1779.

As gravuras 2 e 5 são as descrições mais antigas de moedas dos duques de Borgonha.

Os elementos curvilíneos das gravuras 2 e 5 (dinheiros ducais com o nome de Odão e de Hugo I, respetivamente) são apresentados como *anilles*<sup>40</sup>, um elemento heráldico, erradamente designado por anilha, que surge por vezes em alguns brasões do centro da Europa (figuras 16 e 17).



Figura 16 – Conjunto de dois brasões tumulares na igreja de Wildenburger Land, a cerca de 60 quilómetros de Colónia (Alemanha). O escudo da esquerda ostenta a chamada *anille*.



Figura 17 – *Anille*, segundo HEINENZON (original publicado c. 1370).

O termo *anilha*, *anille*, é também usado por Pierre Gras na leitura que faz das moedas ducais de Borgonha. Mais, Gras associa a *anille* (sem o justificar, porém) às emissões ducais em geral, referindo que é o equivalente a um outro elemento heráldico: o *fer de moulin* ou ferro de moinho<sup>41</sup>.

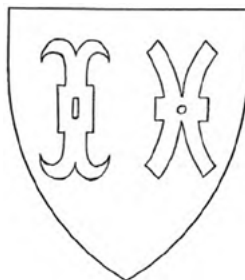


Figura 18 – *Fer de moulin*, segundo o Dicionário Pictórico de Heráldica (<http://mishtholme.com/pictorial-dictionary-of-heraldry/>).

Apesar de estes elementos serem identificados, por vezes, como sendo a mesma peça, a verdade é que são elementos distintos (poderão ter uma raiz iconológica, não iconográfica, comum, como veremos na conclusão). Inclusivamente, os termos têm sido confundidos, sobrepondo-se, esvaziando o valor semiótico de cada uma.

A anilha é, literalmente, a anilha de ferro do eixo da mó de moinho, e essa, nas figuras 18 e 19, corresponde exclusivamente a um só elemento.

40. MIGIEU 1779: 5-6.

41. GRAS 1964: 45, 47.



Figura 19 – Mó e respetiva anilha de encaixe, em ferro (<http://wikipedia.fr>, s.v. “Meule a grains”).

Os elementos que vemos nas figuras 10 e 11, na prancha de Migieu e nas figuras 16 e 17, não são, pois, anilhas de encaixe (de mós ou gerais): são um elemento distinto que, na língua alemã, por exemplo, preserva ainda o seu significado original – o *Maueranker*, literalmente, a âncora de parede – e que surge na nomenclatura arquitetónica francesa (bem como dos ofícios de serralharia) como *ancre muralle* ou simplesmente *ancre*. A âncora de parede é o elemento que trava a ponta metálica exterior do tirante de reforço que, no miolo da estrutura, une os silhares de uma parede.

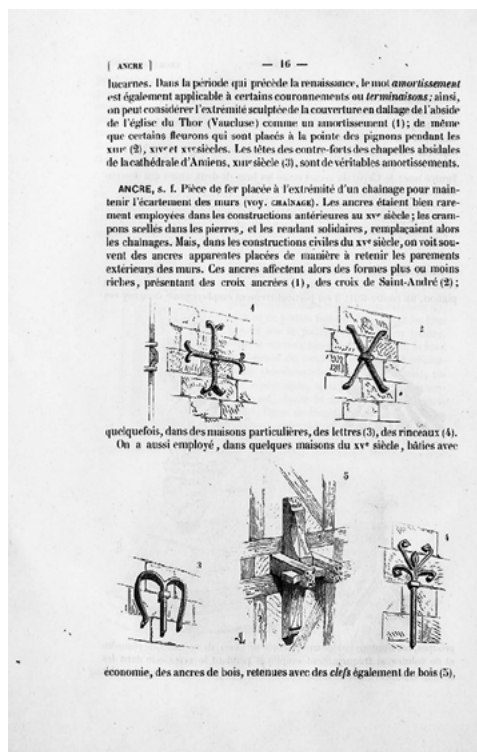


Figura 20 – Página relativa à entrada *ancre* de VIOLLET-LE-DUC 1858.

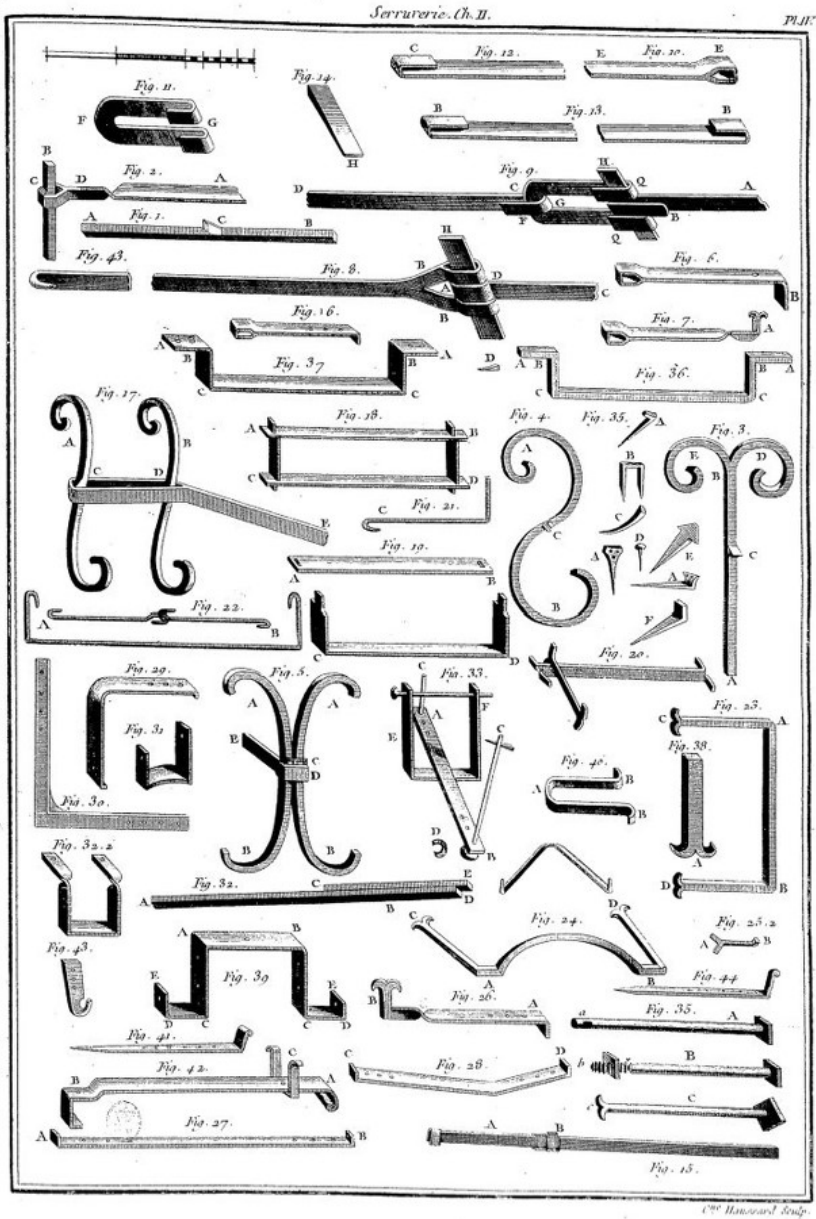


Figura 21 – Prancha IV de MONCEAU 1767. As figuras 3, 4 e 5 são modelos de âncoras de parede para os serralheiros executarem..





Figura 22 – Âncora de parede na fachada de uma igreja em Hamburgo.

O conceito de âncora de parede tem, no nosso entender, um duplo significado imediato. Por um lado, prende-se com o caráter técnico da sua existência, é um elemento de estruturação do edifício, impede que ele se mova e ruia; por outro lado, em termos decorativos, herdou a representação gráfica das âncoras navais. Deste ponto de vista superficial (passando a expressão, porque as âncoras não são de superfície), a âncora de parede continua a ser representada na arquitetura e na leitura heráldica. Contudo, para entendermos o seu significado mais global e mais interiorizado na lógica das moedas que temos vindo a descrever, teremos que avançar um pouco mais na

análise interpretativa, mergulhar no seu significado original e na forma como se foi fixando, pelo menos, até ao século XII. A distinção da anilha da âncora de parede é apenas o começo do que entendemos ser uma explicação.

Deste modo, partimos por entender que os elementos de linhas recurvas presente nos dinheiros de tipo E de Afonso Henriques, no dinheiro de Afonso VII da figura 12 e nos dinheiros dos duques de Borgonha, em geral, são, na verdade, estilizações que têm por base o conceito de âncora.

#### A cruz de âncora

A âncora mural, o próprio Viollet-le-Duc o refere (figura 20), é um elemento raro na construção anterior ao século XV (não significando que não tenha existido, bem entendido). O exercício que efetuámos da sua destrição do conceito heráldico de anilha foi necessário para desconstruir a descrição numismática tradicional em torno das amoedações de Borgonha. No nosso entender, as moedas de Borgonha herdaram da cultura merovíngia o conceito de cruz de âncora.

A cruz de âncora (*croix ancrée*), já no entender pertinente de Joachim Lelewel, não é mais do que uma evolução das moedas de cálice, ou ostensório, patente nas amoedações merovíngias, a partir de 560<sup>42</sup>. Para o autor, a mudança começa a verificar-se a partir de cerca do ano 630, no atelier monetário de Paris. Mais, há 180 anos, Lelewel refere ainda o seguinte sobre a cruz de âncora: “es qu’il s’est

42. LELEWEL 1835: 36.

répandu de la Bourgogne” (“e difundiu-se pela Borgonha”).



Figura 24 – Um triente anônimo; Banassac, início do século VII, 11,5 mm. No anverso, cabeça masculina, à direita, em frente a um ramo de três bagas; no reverso, cálice, com legenda GAVALETANO/BAH.

É interessante indagar um pouco sobre o que terá ocorrido por volta de 630 para a substituição do cálice pela cruz de âncora. Como referimos no início, a partir de cerca de 630, Santo Elói começa a surgir como oficial moedeiro do palácio de Dagoberto e de Clóvis II, e será ele o responsável pela introdução da cruz de âncora (figura 2).

Elói, natural de Chaptelat, Limoges, nasceu cerca do ano 588<sup>43</sup> e terá sido aprendiz na Casa da Moeda de Limoges, como ourives e moedeiro. Posteriormente, foi tesoureiro e, provavelmente, oficial dos moedeiros do rei, na Abadia de Saint Denis, em Paris. Com efeito, além das funções civis ligadas à moeda, Santo Elói foi também um clérigo evangelizador, inclusivamente foi fundador de algumas abadias. Foi também bispo de Noyon.

A cruz de âncora, ainda que sempre presente no proto-cristianismo, e mesmo como atributo da Virtude da Esperança, tem nas suas raízes uma re-

ferência ao Papa São Clemente de Roma (foi o quarto bispo de Roma), martirizado por volta do ano 100, por afogamento com uma âncora presa ao corpo (representada normalmente amarrada ao pescoço).



Figura 25 – O martírio de São Clemente, segundo iluminura do século XIV da *Legenda Aurea*.

Segundo outras variantes, São Clemente terá sido amarrado a uma mó, e não a uma âncora. Estas duas versões do mesmo martírio poderão estar na origem da confusão heráldica entre os elementos anteriormente referidos da anilha e da âncora mural.



43. LAFAURIE 1977: 115.

Figura 26 – O martírio de São Clemente, segundo iluminura do século XV.

Independentemente da forma e dos elementos do martírio, Santo Elói como clérigo e sobretudo como evangelizador, teria muito presente que, segundo a tradição, fora São Clemente quem enviara São Dinis à Gália para a evangelizar. Estando a laborar como moedeiro em Paris, precisamente na Abadia de Saint Denis, Elói poderá ter escolhido o símbolo da âncora (já de si recorrente na imagética cristã) para ilustrar, como marca pessoal, a sua assinatura *ELIGIVS* (no nominativo) ou *ELIGI* (no genitivo, como na figura 2)<sup>44</sup>.

Esta situação parece ter derivado numa associação da cruz de São Clemente com a memória do próprio Santo Elói. Na verdade, Santo Elói é ainda hoje o padroeiro dos mestres dos metais preciosos, como os ourives e os moedeiros<sup>45</sup>. Apesar de os seus atributos serem o martelo e, por vezes, o cadinho, é provável que, desde o final da Alta Idade Média, tenha havido uma associação entre a cruz de âncora não só ao ofício dos moedeiros, mas ao próprio direito feudal ou de soberania de cunhar e emitir moeda.

Com efeito, os duques de Borgonha poderão, já no século XI, ter adotado a âncora como referência a um direito exclusivo (e muito precioso) de cunhar moeda.

A própria maleabilidade estilística da âncora parece ter sido usada, em al-

guma altura, para afirmar a letra B, de *Borgogne* ou *Bvrgyndia*.



Figura 27 – Dinheiro de Chalons atribuído a Hugo II. No anverso, letra B entre três pontos e um anelete, com legenda +CABILON CIVITA; no reverso, cruz equilateral cantonada por aruelas e pontos, com legenda HVGO DVX BUR.



Figura 28 – Dinheiro de Dijon atribuído a Hugo III ou IV. No anverso, âncora sobremontada com um besante (de reparar, tal como nas figuras 10 e 11, que a cruz de abertura da legenda se alinha com o topo da âncora), com legenda +VGO DUX BVRGVDIE; no reverso, cruz equilateral, com legenda +DIVIONENSIS.

44. LAFAURIE 1977: 114.

45. O dia de Santo Elói é 1 de dezembro. É interessante também referir que, na cultura anglo-saxónica, o dia 23 de novembro, dia de São Clemente, era o dia tradicional dos ferreiros.



Figura 29 – Óbolo de Afonso VII; emissão de Leão. No anverso, âncora a emergir das águas, ao centro, ladeada por duas cruzes equilaterais; no reverso, cruz equilateral, com legenda LEO CIVITA.

## Conclusão

As leituras tradicionais de interpretação do dinheiro de tipo E de Dom Afonso Henriques não têm sido consensuais, nem, no nosso entender, suficientemente contextualizadas.

A primeira proposta de interpretação, a efigie do rei vista de frente, não colhe aceitação e, numa observação mais detalhada, parece não corresponder aos modelos comparativos propostos.

A leitura do *duplo báculo* carece, no nosso entender, de contextualização interpretativa, isto é, o recurso ao símbolo hipotético de um báculo com uma crosse dupla só faria sentido num programa de afirmação simbólica do rei de Portugal mediante um contexto muito preciso, que necessitaria de ser muito bem explicado e até separado (ou conjugado) com as suas emissões similares de Afonso VII.

Por seu turno, a ideia da árvore crucífera também não parece ter um significado simbólico especial, ou, pelo menos,

nunca foi demonstrado nem sugerido. Surge por analogia das descrições espanholas; estas, por sua vez, aplicam um conceito anacrónico a uma realidade temática que tem raízes bem mais antigas.

Defendemos, pois, a alternativa de associação do dinheiro de tipo B (bem como o dinheiro leonês de Afonso VII, figura 12) a uma herança de influência borgonhesa, provavelmente associada a uma visita de Hugo II a Compostela e aos seus primos (repito que Hugo era sobrinho direto do conde Dom Henrique). Esta hipótese poderia permitir datar os dinheiros aqui em estudo para uma época próxima do ano de 1140, algures entre o Tratado de Tui e o Tratado de Zamora (sendo que, neste último momento, outubro de 1143, já o duque Hugo II teria morrido). Ao mesmo tempo, poderá não ser uma emissão conjunta, mas sim uma afirmação *a posteriori* de Afonso Henriques, aquando do seu reconhecimento como rei e, conseqüentemente, atribuição do direito de cunhar e emitir dinheiro, sendo a adoção do símbolo da âncora uma afirmação inicial, à maneira borgonhesa, desse próprio poder.

Para compreender a influência borgonhesa, entendemos que não bastava fazer uma associação comparativa de sinais gráficos; era necessário compreendê-los. Neste sentido, entendemos que a representação do dinheiro de tipo E é, na verdade a estilização de uma âncora com cruz sobreposta. Os chamados crescentes, ou ramificações recurvas da base, poderão ser, no nosso entender, estilizações de gotas de água da âncora que emerge.

Considerando então que o elemen-

to recorrente nas emissões da Borgonha se prende com a cruz de âncora, este elemento, ainda que vá buscar as suas origens ao martírio de São Clemente, responsável pelo programa de evangelização da Gália, poderá ter sido adotado como referência a Santo Elói, reinterpretado das moedas merovíngias, não só como um elemento de sacralização, mas sobretudo como um elemento simbólico sobre o poder e o direito de cunhagem. Não seria, ao mesmo tempo, de se descartar a hipótese de este elemento ter perdurado fora das moedas como símbolo identificativo da Casa da Moeda, como âncora mural numa das paredes das oficinas dos duques de Borgonha, e se ter estilizado posteriormente num elemento dessacralizado associado apenas a um grupo de mesteiros, os moedeiros.

Também não desconsideramos a hipótese de Afonso Henriques estar bem ciente da referência papal da âncora de São Clemente: o seu programa político foi sempre de encontro às negociações com a Santa Sé, como bem sabemos; contudo, já não será tão líquido poder usar o mesmo argumento para os dinheiros do seu primo Afonso VII e, como temos sempre referido, a interpretação de uma moeda só faz sentido à luz da interpretação da outra.

Por fim, e ainda deixando muito por explorar, cremos que haveria ainda espaço para compreender a evolução das âncoras borgonhesas com a estilização da letra B, sobretudo a partir do século XIV. A relação ambígua entre as cruzes de âncora merovíngias e o que viria a ser

entendido como uma flor-de-lis a partir da Dinastia Carolíngia, bem como a sua articulação entre os símbolos ancorais e o seu aproveitamento para a letra ómega.

## Bibliografia

- AMARAL, C. M. Almeida do (1977). *Catálogo descritivo das moedas portuguesas* (t. I), Lisboa: INCM.
- ARAGÃO, António Carlos Teixeira de (1964, 2.<sup>a</sup> ed.). *Descrição geral e histórica das moedas cunhadas em nome dos reis, regentes e governadores de Portugal*. Porto: Livraria Fernando Machado.
- BARTHELEMY, Anatole (1850). *Essai sur les monnaies des Ducs de Bourgogne*. Dijon: Commissions des Antiquités de la Côte d'Or.
- DUMAS, Françoise (1966). Le monnayage d'Eudes IV de Bourgogne. *Revue numismatique* 6 (8): 256-275.
- ESPAÑA, León (2002). *Sistemas monetarios peninsulares. La acuñación de moneda cristiana tras la invasión de los Musulmanes hasta el siglo XV*. Madrid: Fundación León de España.
- FOURNIAL, Etienne (1970). *Histoire monétaire de l'Occident Médiéval*. Paris: FAC Fernand Nathan.
- GAMBETTA, Agostinho Ferreira (1978). *História da moeda* (vol. I). Lisboa: Academia Portuguesa da História.
- GOMES, Alberto (2007, 5.<sup>a</sup> ed.). *Moedas portuguesas e do território que hoje é Portugal*. Lisboa: Associação Numismática de Portugal.
- GRAS, Pierre (1964). A propos d'études récentes. Les monnaies des ducs capétiens de Bourgogne. *Annales de Bourgogne* 12: 44-48.
- GUEDES, João Lopes F. (1956). Um dinheiro de D. Afonso Henriques. *Nvmmvs* 4 (1): 57-58.
- HOFFMANN, Henri (1878). *Monnaies royales de France depuis Hugh Capet jusqu'à Louis XVI*. Paris: Chez H. Hoffmann.
- JOHNSON, William McAllister (1968). *Numismatic propaganda in Renaissance France. For Erwin Panofsky on his seventy-fifth birthday*. Detroit: Detroit Institute of Arts.
- JOUBERT, Pierre (1977). *Les armes. Initiation à l'Héraldique*. Paris: Ouest-France.
- LAFaurie, Jean (1977). Eligius Monetarius. *Revue numismatique* 19: 111-151.
- LE GOFF, Jacques (2010). *Le Moyen Age et l'argent*. Paris: Editions Perrin.
- LELEWEL, Joachim (1835). *Numismatique au Moyen-Age, considérée sous le rapport du type*. Paris: Joseph Straszéwicz.
- LHOTKA, John F.; ANDERSON, P. K. (1989). *Survey of medieval Iberian coinages*. Nova Iorque: Sanford J. Durst.
- MARQUES, Mário Gomes (1996). *História da moeda medieval portuguesa*. Sintra: Instituto de Sintra.
- MARQUES, Mário Gomes; CABRAL, J. M. Peixoto; MARINHO, J. Rodrigues (1995). *Ensaio sobre história monetária da monarquia visigoda*. Porto: SPN.
- MATTOSO, José (2007). *D. Afonso Henriques*. Lisboa: Temas e Debates.
- MIGIEU, Marquês de (1779). *Recueil des sceaux du Moyen Age, dits sceaux gothiques*. Paris: Chez Antoine Boudet.
- MONCEAU, H.-L. Duhamel du (1767). *Art du serrurier. Descriptions des arts et métiers*. Paris.
- PETIT, Ernest (1889). *Histoire des Ducs de Bourgogne de la race capétienne*. Paris: Librairie Lechevalier.
- PIDAL, Faustino Menéndez (2004). *El escudo de España*. Madrid: Real Academia Matritense de Heráldica y Genealogía.
- REIS, Pedro Batalha (1937). Uma moeda inédita d'el-Rei D. Afonso Henriques. *Diário de Notícias*, 20/01: 2.
- \_\_\_\_ (1952). Numária d'el-Rei Dom Afonso Henriques. *Nvmmvs* 1 (1): 44-48.
- ROMA, Antonio (2014). *Románico y gótico en la moneda de León y Castilla*. MorabetinoES.
- S. LUIZ, Francisco de (1837). Memórias históricas, e chronologicas do Conde D. Henrique. In *Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 49-89.

**MÁRIO DE GOUVEIA**

Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Museu Casa da Moeda (INCM/MCM)

Instituto de Estudos Medievais (IEM, NOVA FCSH)

mario.gouveia@incm.pt

**MARIA JOÃO DE SOUSA**

Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML)

maria.sousa@parquesdesintra.pt

# Moedas do reino de Castela e Leão provenientes do Castelo dos Mouros (Sintra):

## escavações arqueológicas de 2009-2012

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 45 - 53

## RESUMO

Procede-se neste artigo ao estudo de três moedas de bolhão batidas no reino de Castela e Leão durante o século XIV. Estas moedas foram encontradas no decurso de escavações arqueológicas no Castelo dos Mouros (Sintra), entre 2009 e 2012.

PALAVRAS CHAVE: Idade Média; castelo de Sintra; moedas; reino de Castela e Leão (século XIV).

## ABSTRACT

In this essay one presents a study of three billon coins minted in the kingdom of Castile and León during the 14th century. These coins were found at the archaeological site of Castelo dos Mouros (Sintra), between 2009 and 2012.

KEYWORDS: Middle Ages; castle of Sintra; coins; kingdom of Castile and León (14th century).



## Introdução

As intervenções arqueológicas levadas a cabo na fortificação hoje conhecida pela designação de Castelo dos Mouros, em Sintra, realizadas sob a direção técnica de Maria João de Sousa e promovidas pela Administração da Parques de Sintra – Monte da Lua, entre 2009 e 2012, levaram à identificação de um bairro islâmico sob uma necrópole cristã constituída por mais de trinta sepulturas de inumação, associadas a materiais arqueológicos de cronologia muito diversa, globalmente produzidos entre o neolítico e a atualidade.

Parte das sepulturas encontradas, bem como outras áreas intervencionadas sem contexto arqueológico seguro, continha, para além de espólio osteológico pertencente a adultos, adolescentes e crianças, característico do contexto a que estava associado, algumas dezenas de moedas datáveis da Primeira Dinastia, entre as quais se contavam vários dinheiros, um pilarte coroadado, um meio-tornês de escudo e uma barbuda, batidos entre os reinados de Afonso I (1128-1185) e Fernando I (1367-1383) de Portugal<sup>1</sup>. Para além destas moedas, já dadas a conhecer num anterior trabalho de nossa autoria<sup>2</sup>, foram também identificadas no decurso das escavações arqueológicas três outras moedas batidas pelos reis de Castela e Leão durante o século XIV, tipologicamente atribuíveis aos reinados de Fernando IV (1295-1312), Afonso XI (1312-1350) e João I (1379-1390).

No presente artigo, procedemos à caracterização tipológica deste último conjunto de moedas e problematizamos alguns aspetos relacionados com a sua inserção no respetivo contexto arqueológico. Iniciamos o estudo com a classificação das espécies metálicas encontradas e passamos de seguida à análise das principais problemáticas históricas suscitadas pela leitura das peças encontradas neste sítio. Nas nossas reflexões, apresentamos uma série de hipóteses que procuram, por um lado, explicar as razões que podem ter estado subjacentes à presença de moedas no local onde foram exumadas, e, por outro, perscrutar os motivos que podem ter levado à sua inserção nos circuitos económicos e à sua deposição no contexto que as preservou até à atualidade.

## Inventário



N.º 1

PEPIÓN

Fernando IV de Castela e Leão (1295-1312)

Bi; 0,55g; 14mm; †

A/ *Na orla*: F REX CASTELLE; *No campo*: castelo dentro de gráfila circular; abaixo,

1. Para uma síntese da história da moeda portuguesa durante os séculos XII a XIV, são úteis MARQUES 1980<sup>a</sup>; MARQUES 1980<sup>b</sup>.

2. GOUVEIA & SOUSA 2017.

marca de oficina T (Toledo). R/ *Na orla*: ET LEGIONIS; *No campo*: leão à esquerda dentro de gráfila circular.

Bem conservada. Encontrada em escavações arqueológicas na vertente entre a muralha nascente e a igreja de São Pedro de Canaferrim, no Castelo dos Mouros, em Sintra, num contexto de necrópole de inumação datável da época medieval cristã (séculos XII-XIV). Depositada no Palácio de Monserrate, em Sintra, e temporariamente transferida para o antigo Museu do Banco de Portugal, em Lisboa, para efeitos de estudo.

Bib.: ÁLVAREZ BURGOS 1988: III.78, ref.<sup>a</sup> 326.



N.º 2

NOVEN

Afonso XI de Castela e Leão (1312-1350)

Bi; 0,99g; 13mm; ↗

A/ *Na orla*: ALF REX CASTELLE; *No campo*: castelo dentro de gráfila quadrada; abaixo, marca de oficina B (Burgos). R/ *Na orla*: ET LEGIONIS; *No campo*: leão rompante coroado à esquerda, com círculo à frente da pata traseira direita, dentro de gráfila quadrada.

Mal conservada. Encontrada em escavações arqueológicas nas Antigas Cavalariças, no interior do Castelo dos Mouros, em Sintra, num contexto de aterro decorrente do crescimento da fortificação a partir de 1147. Depositada no Palácio de Monserrate, em Sintra, e temporariamente transferida para o antigo Museu do Banco de Portugal, em Lisboa, para efeitos de estudo.

Bib.: ÁLVAREZ BURGOS 1988: III.85, ref.<sup>a</sup> 355.1.



N.º 3

CORNADO

João I de Castela e Leão (1379-1390)

Bi; 0,57g; 14mm; →

A/ *Na orla*: IOHANES REX; *No campo*: busto coroado do rei à esquerda. R/ *Na orla*: CASTELLE LEGIONIS; *No campo*: castelo turriforme, apresentando torre central sobrelevada e torres laterais encimadas por estrelas.

Bem conservada. Encontrada em escavações arqueológicas nas Antigas Cavalariças, no interior do Castelo dos Mouros, em Sintra, num contexto de aterro decorrente do crescimento da fortificação a partir de 1147. Depositada no Palácio de Monserrate, em Sintra, e

temporariamente transferida para o antigo Museu do Banco de Portugal, em Lisboa, para efeitos de estudo.

Bib.: ÁLVAREZ BURGOS 1988: III.127, sem ref.<sup>a</sup>.

### Problematização histórica

Efetuada a caracterização tipológica das três moedas castelhana-leonesas encontradas no sítio arqueológico, passamos de seguida a apresentar algumas considerações de ordem histórica proporcionadas pela análise do conjunto. O objetivo destas reflexões é definir as hipóteses mais plausíveis para o surgimento de uma destas moedas – o *pepión* de Fernando IV, a mais antiga das três peças identificadas neste sítio – numa zona de aterro situada na área da necrópole. Tecemos também algumas considerações acerca do aparecimento das duas moedas restantes – o *noven* de Afonso XI e o *cornado* de João I – em contextos arqueológicos que, à semelhança do primeiro, não permitem caracterização precisa, mas que nos fornecem alguns dados adicionais a respeito das moedas de produção portuguesa aí encontradas, várias das quais atribuíveis a data idêntica à que se pode aferir a partir da análise tipológica das três peças

mencionadas: o século XIV<sup>3</sup>.

Uma das primeiras questões suscitadas pela análise das três moedas castelhana-leonesas é saber como estas peças foram parar a Sintra. A hipótese que explica este facto com base na ideia de que as moedas constituem objetos circulantes por natureza – podendo, por este motivo, ser utilizadas fora da área onde foram produzidas como meios de troca envolvendo transações de pequena monta, como o sugere o facto de terem sido batidas em bolhão e de apresentarem desgaste indicativo de algum manuseio – deixa por explicar a função que lhe está associada no registo arqueológico. Embora o reduzido valor destas moedas possa ter permitido a sua entrada em circulação nas redes económicas em data presumivelmente identificada com o século XIV, à semelhança do que terá acontecido com algumas peças de cunhagem portuguesa encontradas no mesmo local, a verdade é que esta hipótese não nos dá nenhuma indicação acerca do problema relativo ao reconhecimento dos atributos de poder e soberania nelas patentes, referentes a três reis estrangeiros: Fernando IV<sup>4</sup>, Afonso XI<sup>5</sup> e João I<sup>6</sup>.

Um dos dados que sugere a existência de ligações entre Portugal, por um lado, e os três reis de Castela e Leão que ordenaram a cunhagem destas

3. A conjuntura política coincidente com os reinados destes monarcas encontra-se amplamente estudada: vejam-se, entre outras, as sínteses propostas em ÁLVAREZ PALENZUELA 2005; CABRERA SÁNCHEZ 2005; GONZÁLEZ MÍNGUEZ 2005; ROJAS GABRIEL 2005; VALDEÓN BARUQUE 2005. A este respeito, é também útil IRADIEL 2009<sup>a</sup>.
4. O'CALLAGHAN 2003<sup>b</sup>.
5. O'CALLAGHAN 2003<sup>a</sup>.
6. MACKAY 2003.

peças, por outro, parece não constituir explicação plausível para o achado que procuramos noticiar aqui: sabemos que Fernando IV se casou com Constança de Portugal e que Afonso XI se casou com Constança, em primeiras núpcias, e com Maria de Portugal, após o repúdio da primeira. A título de complemento, devemos chamar a atenção para o facto de Afonso XI ter participado, com D. Afonso IV, na batalha do Salado, em 1340<sup>7</sup>, associação que, na nossa opinião, não inviabilizaria a hipótese de moedas batidas em nome destes reis terem vindo parar ao território português, no quadro dos confrontos travados contra as forças merínidas.

A hipótese que enquadraria estas moedas no contexto das guerras travadas entre os reinos de Portugal e de Castela e Leão no quadro da crise de 1383-1385<sup>8</sup> também poderia ajudar-nos a explicar a presença destas peças. Como objetos circulantes, estas moedas podem ter vindo parar a Sintra como resultado das tentativas de tomada da capital do reino pelas forças inimigas, um dos acontecimentos mais marcantes do conflito que opôs os dois reinos ibéricos nos finais do século XIV. Sabemos que João I se casou com Leonor, em primeiras núpcias, e com Beatriz de Portugal, filha de D. Fernando I, em segundas núpcias, chegando, por este motivo, a reivindicar para si o trono português e a enfrentar os exércitos de D. João, mestre de Avis, à data da tentativa de tomada de Lisboa em 1384<sup>9</sup>. Uma vez que este acontecimento

envolveu a passagem das forças inimigas pelos castelos que garantiam o controlo do acesso ao estuário do rio Tejo, entre os quais Sintra, pouco antes da derrota final das forças inimigas na batalha de Aljubarrota, em 1385<sup>10</sup>, é lícito considerar-se que as forças em movimento possam ter levado consigo espólio composto por moedas oriundas dos reinos de que provinham.

Como é do conhecimento geral, esta hipótese pode ser corroborada pelo facto de, na época medieval, muitas moedas serem aceites e utilizadas fora das áreas onde foram batidas e entraram em circulação. Uma vez que peças deste género são por vezes encontradas em contextos que denotam utilização a uma mais larga escala, podemos, naturalmente, pensar que a sua presença neste local esteja relacionada com a apreciação do respetivo teor de metal. É possível que, antes da sua deposição no contexto arqueológico que as preservou até à atualidade – níveis de aterro indicativos de que, ao longo da sua história, o castelo sofreu obras de ampliação e consolidação da estrutura –, estas moedas tenham sido utilizadas por uma comunidade aparentemente dotada de fracos recursos económicos, como o sugerem o metal em que foram batidas e o estado revelador de algum manuseio.

Embora não tenhamos nenhum elemento que corrobore esta hipótese, podemos ainda pensar que a presença destas moedas possa ter sido motivada

7. MARTINS 2011: 239-268.

8. MONTEIRO 1998; MARTINS 2014.

9. MARTINS 2011: 295-320.

10. MARTINS 2011: 295-320.

pela conjuntura de crise que marca a história ibérica durante o século XIV<sup>11</sup>, época caracterizada por uma certa falta de liquidez financeira suscetível de criar a necessidade de recurso a numerário estrangeiro. Na eventualidade de esta hipótese poder ser validada por outros elementos recolhidos pela análise das fontes históricas, é lícito pensar-se, a propósito deste conjunto, que o valor das moedas, em correlação com o metal em que foram batidas, pode ter justificado a sua entrada em circulação em data anterior à sua inutilização final nos níveis de aterro.

Na verdade, a tentativa de justificação da presença destas três moedas em Sintra debate-se também com o problema do contexto em que estas terão sido utilizadas: se tivermos em conta a informação arqueológica que chegou até nós a propósito das moedas portuguesas encontradas no mesmo sítio, verificamos que as peças castelhano-leonesas, ao contrário do uso atestado para estas últimas, não foram utilizadas segundo uma solução de viático para os indivíduos inumados na necrópole. Se é crível a hipótese que as coloca em circulação, o facto é que a informação arqueológica não nos permite sustentar a ideia de que estas moedas possam ter sido utilizadas no quadro de pressupostos ligados ao culto dos mortos, de que a deposição no interior das sepulturas, em associação aos inumados, constituía, na época medieval, expressão recorrente<sup>12</sup>.

## Conclusão

No termo das nossas breves reflexões sobre as três moedas castelhano-leonesas encontradas na necrópole da igreja de São Pedro de Canaferrim, é importante dizer que as hipóteses avançadas ao longo deste trabalho se devem entender como pistas de análise que necessitam de ser perspetivadas à luz de novos estudos sobre a circulação de moedas estrangeiras no país durante a época medieval. Sublinhe-se que não foram encontrados até ao presente, nos contextos arqueológicos em que estas moedas foram exumadas, outros materiais que possam ser associados, com segurança, aos locais onde aquelas terão sido batidas, facto que parece apontar para uma certa casualidade de achado e nos impede de avançar uma explicação mais cabal para a sua presença nos níveis de aterro que denotam obras de ampliação e consolidação do castelo.

Embora nada nos permita afirmá-lo com elevado grau de certeza, é possível que peças como estas tenham vindo parar à região de Sintra como resultado da movimentação dos exércitos castelhano-leoneses que se digladiaram contra os exércitos portugueses no quadro dos confrontos que marcaram a história ibérica nos finais do século XIV, período coincidente, em Portugal, com os finais da dinastia de Borgonha, as lutas que se seguiram pela ocupação do trono e os inícios da dinastia de Avis. Embora possivelmente utilizadas como meios

11. LADERO QUESADA 2005; IRADIEL 2009<sup>b</sup>.

12. GOUVEIA & SOUSA 2017.

de troca em transações que envolveriam quantias reduzidas de dinheiro, estas moedas apenas se preservaram até à atualidade devido ao facto de terem sido depositadas em níveis de aterro que, devido às suas características intrínsecas, não permitem interpretação arqueológica precisa.

## Bibliografía

ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (2005). La internacionalización de los conflictos. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (ed.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 687-705.

BALAGUER, Anna M. (1985). Hallazgos de moneda portuguesa medieval y moderna en el reino de Castilla-León y corona catalano-aragonesa. Ensayo de síntesis y análisis. In *III Congreso nacional de numismática. Actas*. Lisboa: Clube Numismático de Portugal, 367-387.

CABRERA SÁNCHEZ, Margarita (2005). Una etapa de autoritarismo. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (ed.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 645-667.

*Catálogo general de las monedas españolas*, vol. III (1988). Fernando ÁLVAREZ BURGOS. *Catálogo de la moneda medieval castellano-leonesa. Siglos XI al XV*, Madrid: Vico y Segarra Editores.

GONZÁLEZ MÍNGUEZ, César (2005). La reacción oligárquica frente al poder de las monarquías (1284-1325). In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (ed.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel: 603-626.

GOUVEIA, Mário de; SOUSA, Maria João de (2017). Moedas da primeira dinastia provenientes do Castelo dos Mouros (Sintra). Notícia preliminar das escavações arqueológicas de 2009-2011. *Revista M O*: 73-79.

IRADIEL, Paulino (2009<sup>a</sup>). Poder monárquico y régimen institucional en tiempos de crisis. Castilla-León y Navarra, 1252-1474. In IRADIEL, Paulino; MORETA, Salustiano; SARASA, Estéban. *Historia medieval de la España cristiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, 393-462.

IRADIEL, Paulino (2009<sup>b</sup>). De la "crisis general" castellana y navarra a la temprana reconstrucción de las grandes economías de escala. In IRADIEL, Paulino; MORETA, Salustiano; SARASA, Estéban. *Historia medieval de la España cristiana*. Madrid: Ediciones Cátedra, 463-525.

LADERO QUESADA, Miguel Ángel (2005). Sociedad bajomedieval. Crisis y recuperación económica. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (coord.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 815-841.

MACKAY, Angus (2003). Juan I, king of Castile. In GERLI, E. Michael (ed.). *Medieval Iberia. An encyclopedia*. Nova Iorque – Londres: Routledge, 447-448.

MARQUES, A. H. de Oliveira (1980<sup>a</sup>). Ideário para uma história económica de Portugal na Idade Média. In *Ensaio da história medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 17-50.

\_\_\_\_ (1980<sup>b</sup>). A moeda portuguesa durante a Idade Média. In *Ensaio da história medieval portuguesa*. Lisboa: Editorial Vega, 195-220.

MARTINS, Miguel Gomes (2011). *De Ourique a Aljubarrota. A guerra na Idade Média*. Lisboa: A Esfera dos Livros.

\_\_\_\_ (2014). *A arte da guerra em Portugal. 1245 a 1367*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

MONTEIRO, João Gouveia (1998). *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias.

O'CALLAGHAN, Joseph F. (2003<sup>a</sup>). Alfonso XI, king of Castile and León. In GERLI, E. Michael (ed.). *Medieval Iberia. An encyclopedia*. Nova Iorque – Londres: Routledge, 74-76.

\_\_\_\_ (2003<sup>b</sup>). Fernando IV, king of Castile. In GERLI, E. Michael (ed.). *Medieval Iberia. An encyclopedia*. Nova Iorque – Londres: Routledge, 331-332.

ROJAS GABRIEL, Manuel (2005). El triunfo de las monarquías. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (ed.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 627-644.

VALDEÓN BARUQUE, Julio (2005). La revolución trastámara. In ÁLVAREZ PALENZUELA, Vicente Ángel (ed.). *Edad Media. Historia de España*. Barcelona: Editorial Ariel, 669-685.

**JAIME M. M. FERREIRA**

Vice-Presidente da Associação Numismática de Portugal

Diretor da revista *Numismática*

[jaimemferreira@gmail.com](mailto:jaimemferreira@gmail.com)

# Leonardo da Vinci (1452-1519): o génio e a moeda

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 54 · 67

 MUSEU  
CASA DA  
MOEDA

CASA DA MOEDA



## RESUMO

O florentino Leonardo da Vinci, expoente máximo do Renascimento, é um génio universal e um espírito vanguardista para a época, que ultrapassou no espaço e no tempo. Em termos numismáticos, desenhou máquinas para a cunhagem de sequins e elaborou estudos para uma fornaça; chamado à corte de Milão pelo Duque Giovanni Galeazzo Maria Sforza, desenhou os *testoni* deste, entre 1481 e 1494; depois, os de Ludovico “o Mouro”, entre 1494 e 1499. Leonardo da Vinci terá contribuído para o aperfeiçoamento das prensas de parafuso, já usadas pelo arquiteto italiano Donato Bramante; terá ainda sido o inventor de um dos mais precoces dispositivos destinados à produção de chapas e lâminas metálicas já com espessura regular e estudos de impacto na cunhagem de moedas. O significado que hoje damos à palavra “medalha” também é atribuído a Leonardo.

**PALAVRAS CHAVE:** Leonardo; moeda; Renascimento; cunhagem; inovações tecnológicas.

## ABSTRACT

The Florentine Leonardo da Vinci, the greatest exponent of the Renaissance, is a universal genius and an avant-garde spirit for the time, which he has surpassed in space and time. In numismatic terms, he designed machines for the *sequins* minting and elaborated studies for a *fornaça*; between 1481 and 1494, called to the court of Milan by the Duke Giovanni Galeazzo Maria Sforza, he designed his *testoni*; later, between 1494 and 1499, he designed those of Ludovico “the Moor”. Leonardo da Vinci has contributed to the improvement of the screw presses, already used by the Italian architect Donato Bramante, and was the inventor of one of the earliest devices for the production of sheet metal with regular thickness and impact studies on coin minting. The meaning we now give to the word “medal” is also attributed to Leonardo.

**KEYWORDS:** Leonardo; currency; Renaissance; coinage; technological innovations.

## 1. Anatomia de um gênio<sup>1</sup>

Leonardo di ser Piero de Vinci, que ficaria conhecido para a história como Leonardo da Vinci, nasceu em Anchiano, perto de Vinci (entre Pisa e Florença, a 30 km desta), na Toscana (Itália), a 14 de abril de 1452.

Ambidestro (desenhava com a esquerda e pintava com a direita), fazia uma circunferência perfeita com um pincel, tinha uma visão invulgar e inigualável e introduziu uma nova técnica na pintura conhecida como *sfumato*<sup>2</sup>. Os seus desenhos, combinando precisão científica com grande poder imaginativo, refletem a enorme vastidão dos seus interesses, capacidades e gostos. A sua arte influencia toda a história da pintura que se segue: supera o pensamento medieval dominado pelos valores seculares e religiosos, colocando o homem no centro da criação.

De facto, Leonardo não é só um renascentista. É um Homem Universal, embora na sua época nem sempre tenha sido assim reconhecido:

“A Europa medieval não atribuía grande importância à originalidade. Se se tivesse provado que Leonardo da Vinci havia copiado de outros os seus livros de notas,

isso só teria aumentado o respeito pela sua erudição e nunca levantado dúvidas e acusações de plágio.”<sup>3</sup>

Ao lado de Miguel Ângelo, seu rival natural, e de Rafael, é considerado o maior e mais versátil talento da Itália do Renascimento. Estão catalogadas ou são atribuídas a Leonardo da Vinci pelo menos vinte e uma atividades: pintor, escultor, arquiteto, engenheiro (civil e militar), físico, anatomista, fisiologista, biólogo, botânico, escritor, inventor, filósofo, projetista, futurista, músico, matemático, urbanista, etc.

Em Roma escreveria o *Trattato di Pittura (Tratado de Pintura)*, publicado em Paris (1651), um século depois do seu nascimento.

Leonardo fundou uma Academia que tinha o seu nome, cujos objetivos incidiam basicamente sobre a pintura. Era a *Achademia di Lionardo de Vinci*.

Durante toda a vida trabalhou na chamada máquina voadora. Nos seus cadernos, Leonardo anotava todas as suas invenções e ideias. Só que a escrita de Leonardo era *especular*. Para ser lida, era preciso colocar um espelho ao lado da escrita e ler a imagem invertida no espelho<sup>4</sup>.

Como visionário e espírito futurista,

1. Não confundir o espírito renascentista que foi Leonardo da Vinci com Leonardo Vinci (1690-1730), compositor italiano conhecido pelas suas óperas.
2. Leonardo de Vinci é considerado um dos mais altos espíritos que a humanidade produziu. A sua grande criação como pintor é o *sfumato*, artifício pictórico que envolve o desenho numa atmosfera húmida e vaporosa, que prescinde dos contornos nítidos e precisos do século XV, e a envolvê-lo uma espécie de neblina imprecisa que difunde os perfis e produz uma impressão de imersão total na atmosfera. A Gioconda é o expoente máximo da técnica *sfumato* de Leonardo.
3. BOORSTIN 1993: 375.
4. Estudou as condições de equilíbrio sobre um plano inclinado e enunciou o teorema do polígono de sustentação da balança.

antecipa descobertas como o helicóptero, o carro de assalto, o submarino e o pára-quedas. Baseava os seus trabalhos na observação e experiência, rigorosas<sup>5</sup>. É um precursor científico dos tempos modernos.

Contactou, trabalhou ou iniciou trabalhos para os Medici, os Sforza, os Borgias, papas (Sixto VI? e Leão X) e reis (Luís XII e Francisco I, de França). Viveu em centros importantes do Renascimento italiano, como Florença, Milão, Mântua, Veneza e Roma. Nos últimos anos residiu em Amboise (França).

Leonardo da Vinci escreveu mais de cento e vinte livros ou cadernos (eram assim designados na época). Mas só tinha virtudes o homem? Teria defeitos ou limitações?

Era o “*omo sanza lettere*” (“o iletrado”), como escreveu num dos seus cadernos. Não sabia grego nem latim (o inglês da época). Era homossexual, vegetariano (defeito para a época?) que gostava de animais e naturalista. Mas, para além de tudo, dispersava-se por todas as áreas de conhecimento, embora fosse bom em todas elas.

O florentino Leonardo, que aspirava a transformar a arte em ciência e a ciência em arte, assinava os trabalhos com *Leonardo* ou *Io, Leonardo* (“Eu, Leonardo”) – vide *Codex Atlanticus*.

## 2. Da Vinci, a Medalhística e a Numismática

De Leonardo, o expoente máximo do Renascimento, o artista renascentista Giorgio Vasari (1511-1574) diria que era “uma mutação genética única” e que “a sua genialidade era um dom de Deus”.

Inicialmente (c. 1294), o termo italiano *medaglia* era sinónimo de óbolo ou meio-dinheiro. O significado que hoje damos ao termo *medalha* deve-se a Leonardo da Vinci, que usa pela primeira vez o termo *medaglia* (do latim tardio *medialia* < *medialis*, “di meta valore”) para indicar um disco metálico com a representação de uma personalidade sagrada ou profana.



Figura 1 – Medalha de Leonardo da Vinci, c. 1810 (81 x 64 mm; reverso liso) ([www.chris-tophereimer.co.uk](http://www.chris-tophereimer.co.uk)).

5. Em 1502, Leonardo projetou uma ponte de duzentos e quarenta metros que fazia parte de um projeto de construção para o sultão Bajarzet II, de Constantinopla. A obra jamais se realizou; contudo, a ideia foi recuperada em 2001, para a construção de uma ponte na Noruega baseada no *design* de Leonardo da Vinci.

Da Vinci fez esboços de máquinas para melhorar a regularidade na cunhagem de moedas. Realizou estudos sobre a fabricação de moedas e tratou de substituir a cunhagem a martelo e a quente das moedas extraídas de lingotes metálicos por corte de discos metálicos lisos, de cinta já preparada com a espessura desejada.

Em termos numismáticos, desenhou máquinas para a cunhagem de sequins e elaborou estudos para uma fornaça. Chamado à corte de Milão pelo duque Giovanni Galeazzo Maria Sforza, desenhou os *testoni* deste, entre 1481 e 1494, e os de Ludovico “o Mouro”, entre 1494 e 1499.

Leonardo chegou a trabalhar na *Zecca di Roma* (Casa da Moeda de Roma).

No *Codex Atlanticus* (Milão, 1480-1482) há um desenho de uma máquina de cunhar sequins, elaborado aquando da primeira estada de Leonardo da Vinci em Milão.

Leonardo fez estudos de uma fornaça (manuscrito B, fólio 21 v.) e analisou o impacto por queda na cunhagem de moedas. Um dos fólhos daquele códice compreende desenhos de vários objetos, e, ao lado, de duas fornaças, uma das quais indicada para armazenar óleo. Leonardo escreveu: “Questo fornello po’averre la sua torre lunga quanto a te piace, purch’ella sia piena di legne o carboni, a ciò non abbi sempre a stare li.” (“Esta fornaça pode ter a sua torre tão alta quanto necessário, para que possa ser enchida de lenha ou carvão, ou seja, para que não tenhas de estar sempre junto dela”).

Quando foi encarregado de fazer uma grande estátua equestre (o *Gran Cavallo*) em honra de Francesco Sforza,

Leonardo aprendeu, estudou e melhorou técnicas metalúrgicas de colaboração com o arquiteto e pintor italiano Donato Bramante (1444-1514).

Saliente-se também que, além de Leonardo, outros cientistas, como Isaac Newton (1643-1727) – que em 1699 foi nomeado diretor-chefe da *Royal Mint* (Londres) –, estiveram durante algum tempo ligados a Casas da Moeda.

### 3. Da Vinci e a evolução da cunhagem

No Renascimento surgiram as primeiras máquinas para adelgaçamento e regularização da espessura das barras obtidas na fundição, assim como os saca-bocados para recorte dos discos.

Os economistas costumam associar o avanço do fabrico do dinheiro (moeda) à prensa de tipos móveis de Gutenberg (1456), desenvolvida a partir de muitos tipos de prensa de vinho e de azeite então existentes em regiões próximas, na Alemanha e na Itália. Tais prensas improvisadas foram utilizadas para melhorar a cunhagem de moedas, primeiro, e de papéis de valor, depois.

Os cortes possibilitados por essas novas prensas monetárias, mais fortes e resistentes, conduziram à cunhagem de moedas de bordos serrilhados, que vieram combater o cerceio. Esses progressos chegaram à Casa da Moeda da Torre de Londres (1553), via Paris e através de Nicolas Briot – gravador e escultor-geral das moedas na corte de Luís XIII –, embora só em 1630 enormes quantidades de moeda passassem a cunhar-se pelo novo processo.

Leonardo da Vinci contribuiu para o

aperfeiçoamento das prensas de parafuso, já usadas por Bramante, e terá sido o inventor de um dos mais precoces dispositivos destinados à produção de chapas e laminadoras para o fabrico de lâminas metálicas de espessura regular, com a introdução ou melhoria de um laminador<sup>6</sup>.

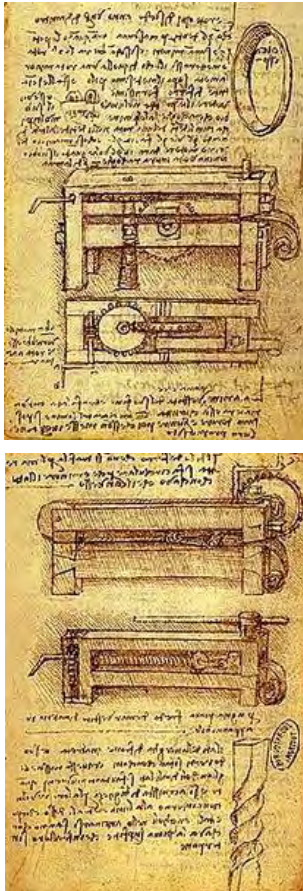


Figura 2 – Máquinas de laminar metais (Istituto e Museo di Storia della Scienza).

Nos cadernos de Leonardo da Vinci, há desenhos de máquinas de cunhagem adotados como modelo por ourives alemães de Augsburg e de Nuremberga, para produzir moedas mais finas e mais aperfeiçoadas, as chamadas “moedas de moinho” (*moneda de molinos* ou *milled money*).

As máquinas ainda hoje usadas para o mesmo fim são constituídas, tal como as inventadas por Leonardo, por cilindros colocados paralelamente, de modo a deixarem entre si um espaço estreito, e que giram em sentidos opostos, arrastando e esmagando as barras cuja espessura se pretende reduzir e regularizar. A única diferença reside na natureza da força motriz utilizada – energia elétrica nos nossos dias – e em modificações de pormenor entretanto introduzidas.

O adelgaçamento das moedas tem lugar por passagens sucessivas entre os cilindros, com redução gradual da distância que os separa, sendo o número de manobras necessárias para se obter a espessura pretendida dependente não só da potência das máquinas, mas também do volume inicial das barras e da natureza do metal utilizado. De início, os cilindros eram movidos por moinhos de água ou por tração animal, ligados a sistemas idênticos aos das noras.

Quanto aos saca-bocados usados na amoedação, não passavam de balancês – prensas de parafuso, com um braço, terminado por pesos, horizontalmente fixado na extremidade superior do parafuso – munidos de um cortante de metal

6. BÉRENCE 1971: 222.

duro preso à sua extremidade inferior. Os filetes a recortar, assentes em superfície resistente e colocados na perpendicular do cortante, eram penetrados por este quando o parafuso descia rapidamente, por efeito do movimento de rotação que se imprimia ao braço. Conseguiram-se assim discos com contornos mais regulares do que os recortados à tesoura e com bordos perfeitamente verticais, o que era um progresso assinalável na cunhagem monetária e no combate ao cerceio.

As prensas de parafuso para efeitos de amoedação foram mais tarde aperfeiçoadas<sup>7</sup>.

#### 4. Leonardo na sua época

Por mais de uma vez Leonardo concebeu máquinas ligadas ao fabrico de moeda.

Os trabalhos de Leonardo ligados à metalurgia e à moeda foram feitos a partir dos seus trinta anos de idade.

Consultando o *Codex Atlanticus*, verificamos que, pelo menos em três fases da vida, Leonardo dedicou algum tempo e pensamento à moeda, ao seu fabrico e à rentabilização do mesmo (usando uma linguagem atual). Essas fases não terão sido as únicas, uma vez que só sobreviveram e se conservaram até nós cerca de seiscentos desenhos do génio leonardino, uns em museus públicos, outros na posse de particulares, representando talvez a terça parte da vasta produção de da Vinci. Sabemos que alguns destes desenhos têm conteúdo monetário, metalúrgico e numismático, mas, quanto aos que

se perderam, extraviaram, desapareceram ou foram destruídos, nada podemos adiantar.

Porém, como Leonardo fazia muitas interrupções nos seus trabalhos, se perdia frequentemente em bizarrices, etapas colaterais, detalhes, experiências e reformulações, dispersando o pensamento por várias atividades e mágicando muitas coisas ao mesmo tempo, não custa induzir que, quase de certeza, tenha trabalhado em matérias monetárias mais vezes.

Os primeiros trabalhos (desenhos) de Leonardo que chegaram até nós datam de 1470.

No respeitante à matéria numismática, uma primeira tentativa consta do *Codex Atlanticus* (Milão, 1480-1482), onde há um desenho de uma máquina de cunhar sequins.

Uma outra tentativa teve lugar entre 1493 e 1495, quando Leonardo esboçou uma máquina de bate-folhas (laminadora) para produzir discos metálicos destinados à cunhagem.

Por fim, uma outra ligação às máquinas monetárias deu-se no fim da sua vida, quando se encontrava em Roma ao serviço do papa Leão X (1513-1521), patrocinado pelo irmão do papa, o cardeal Giuliano de Medici<sup>8</sup>. Leonardo, quando trabalhava para a *Zecca* (em Roma), mediante punções especiais, conseguiu uma máquina que fazia ambas as operações de corte e cunhagem.

Eis os períodos monetários ou numismáticos a que nos referimos:

7. Vide mais informação sobre a evolução das técnicas de cunhagem em MARQUES 1982: 62-77.

8. Giuliano de Medici foi um grande capitão e porta-estandarte da Igreja Romana.

- 1 – Período florentino: 1480-1482;
- 2 – Período milanês: 1493-1495;
- 3 – Período romano: 1513-1516.

Vejamos agora cada um destes períodos.

## 5. Leonardo numismático

### 5.1. Período florentino: 1480-1482

Leonardo conta já vinte oito a trinta anos e encontra-se em Florença.

No *Codex Atlanticus* (Milão, 1480-1482), há um desenho de uma máquina de cunhar sequins. A este propósito, veja-se a reprodução que se anexa.

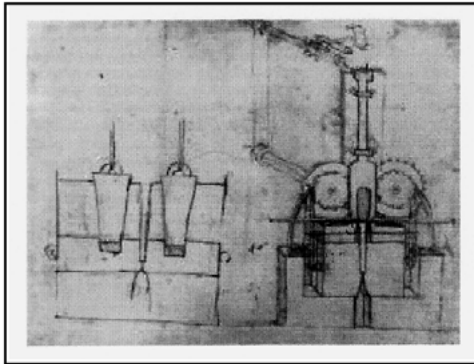


Figura 3 – Máquina de cunhar sequins projetada por Leonardo.

O sequim era a moeda de ouro originária de Veneza, cujo nome italiano é *zecchino* (o nome *sequino* ou *zecchino* parece ter proveniência árabe).

Desde 1284 que foi a primeira peça de ouro cunhada pelos *doges* de Veneza, com o peso do *fiorino* (de Florença)

ou do *genovino* (de Génova). Numa face tinha a efígie de São Marcos entregando ao *doge* de Veneza, ajoelhado, o estandarte com a cruz; no reverso, a legenda de caráter religioso SIT SIBI CHRISTE, DATUS, QUEM TU REGIS, ISTE DUCATUS (“Que seja dado por Cristo o ducado que tu governas”).

Outros dados técnicos: AV; 3,54 g; cunhado pela primeira vez em cerca de 1252.

Devido à intensa atividade comercial das repúblicas italianas do Renascimento, foi cunhado noutras localidades do Mediterrâneo, como em Rodes e Quios, ou imitado por outras repúblicas italianas com nomes diversos (*scudo di auro*, *fiorino*, *ducato*, etc.), com cerca de 3,5 g e cerca de Ø 20 mm, e ainda noutras paragens, como na Turquia (com os nomes de *fonduk sultano* e *xerife*). No século XIX, ainda foi emitido em Itália.

Ora, não terá sido por acaso que Leonardo da Vinci foi encarregado de fazer uma máquina para cunhar sequins, moeda internacional na época. Acontece que estes sequins (de ouro) se destinavam também a ser usados no vestuário feminino.

### 5.2. Período milanês: 1493-1495

Leonardo tem entre quarenta e um e quarenta e três anos e está em Milão, ao serviço de Ludovico “o Mouro”.

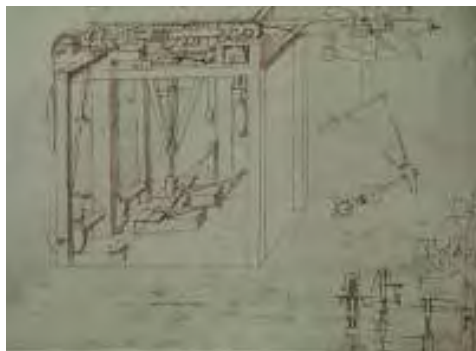


Figura 4 – Desenho retirado do *Codex Atlanticus*, fôlio 29, ex-foglio 8 r.a.

Este fôlio contém o desenho de um bate-folhas (bate-lâminas) e de outras maquinas, algumas apenas esboçadas em plumbagina negra ou em sanguínea, que não foram assinalados à pena pelo autor. Este bate-folhas, desenhado entre 1493 e 1495 e concebido para produzir lâminas metálicas que serviriam para (cunhar) moeda, tinha a seguinte anotação do autor:

“Esta peça deve ser adaptada de modo que, quando o martelo dá um único golpe (batimento), é movido de tal maneira que faz cair um contrapeso que passa sobre o roquete (canudo de dobar?) de roda dentada, num primeiro movimento (impulso). Porque o canudo principal não é batido ao (mesmo) tempo, isto faz com que o batimento supérfluo (suplementar) não estrague a obra e a passagem do primeiro movimento não desperdice tempo a acabar os restantes.”

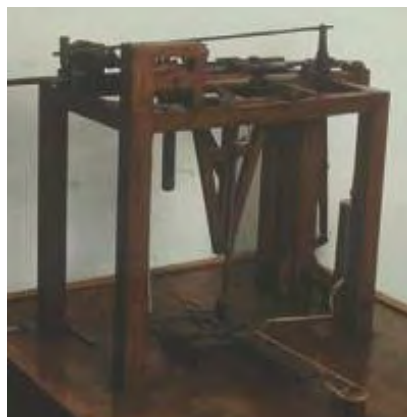


Figura 5 – Modelo de Museu. Martelo de bate-lâminas (modelo reconstituído com base no desenho do *Codex Atlanticus*, fôlio 29, ex-foglio 8 r.a.).

O modelo de bate-folhas que se representa foi reconstituído a partir do desenho de Leonardo da Vinci (desenho anterior). Trata-se de um martelo para bater metais preciosos (lâminas de ouro), com movimentos sincronizados comandados por pesos. A cada golpe ou batimento do martelo, a lâmina metálica é feita avançar automaticamente para receber o batimento seguinte. Leonardo tinha previsto inclusive o acionamento simultâneo de mais martelos, tendo apenas uma única fonte de força motriz.

Leonardo projetou também uma máquina de trefilar (passar pela fieira), destinada a testar a resistência dos fios metálicos à tração e para laminar metais.



### 5.3. Período romano: 1513-1516

Leonardo tem então entre sessenta e sessenta e quatro anos.

O ano de 1513 é, de facto, um ano importante: Maquiavel (1469-1527) termina *O Príncipe*. Morre Luís XII, rei de França (1498-1515), e o papa Júlio II (1443-1513). Giovanni de Medici é eleito como papa Leão X (1513-1521). A França abandona as pretensões a Milão. Leonardo chega a Roma.

Da Vinci deixa Milão em 24 de setembro de 1513 e parte para Roma passando por Florença<sup>9</sup>. Em Roma, o seu patrono e protetor é Giuliano de Medici “o Pensativo”, duque de Nemours.

A estada pouco feliz de Leonardo da Vinci em Roma ocorre de dezembro de 1513 aos finais de 1516. Razões abundam nesse sentido: fraca proteção papal, morte do seu protetor Giuliano de Medici, suicídio do seu ajudante Boltraffio, rivalidades com Rafael e Miguel Ângelo, incompatibilidades com os assistentes alemães, doença.

São-lhe providenciados alojamentos em Belvedere (perto do Vaticano), donde antes, no tempo de Alexandre VI, partira para Florença. No inverno de 1513, o artista morava a poucos passos do Vaticano, por detrás da Basílica de São Pedro, numa das dependências do Palácio da Moeda. O edifício era velho, triste e sombrio, pois estivera muitos anos desabita-

do e a humidade tinha-o invadido<sup>10</sup>.

O papa Leão X é um grande patrono e mecenas, conhecedor de coisas de arte que transformou Roma na pátria de todos os artistas: Rafael, Pedro Bembo, Miguel Ângelo, Baraballo, etc.<sup>11</sup> Mas Leão X também era numismata, bibliófilo e colecionador de antiguidades. Para tudo lhe chegava o tempo<sup>12</sup>. Tinha ainda interesses na música, na pintura e na literatura, conduzindo deste modo a Roma muita gente criativa<sup>13</sup>.

Mas qual o posicionamento de Leão X face a Leonardo?

Não lhe era favorável, a ponto de dizer (e citamos): “um original que nunca fará coisa alguma, porque pensa no fim antes de ter começado.” Ou seja: em Roma, Leonardo é tratado com desdém pelo papa. Roma não é simpática com Leonardo: prefere os pintores mais jovens como Rafael e Miguel Ângelo. Num certo sentido, da Vinci era teoria, e Miguel Ângelo, prática.

“Leão X, sempre ocupado com os seus poemas e com os seus bobos, não arranja(va) oportunidade para receber Leonardo. Para se desembaraçar dele, encarregou-o de aperfeiçoar a máquina que servia para a cunhagem da moeda papal. O artista, que não desdenhava qualquer trabalho, por mais modesto que fosse, desempenhou com êxito este encargo e inventou uma máquina donde as moedas saíam, não

9. *Grande enciclopédia luso-brasileira* (vol. 36): 184.

10. MEREJKOVSKI 1920: 333.

11. Portugal ficou a dever a Leão X a nomeação do seu primeiro embaixador com missão permanente junto da Cúria Romana, o Dr. João de Faria (15 de dezembro de 1514). Foi de igual modo no pontificado de Leão X que a rainha Santa Isabel foi beatificada (breve de 15 de abril de 1516); canonizada depois por Urbano VIII, em 25 de maio de 1625.

12. OLIVEIRA s.d.: 468.

13. WHITE 2003: 205.

irregulares e franjadas como dantes, mas irrepreensivelmente redondas.”<sup>14</sup>

Leonardo não aqueceu o lugar em Roma.

Leão X recebeu-o muito deferentemente, mas com certa desconfiança pelo espírito universalista de da Vinci e as suas manias de engenheiro, o que não quer dizer que não lhe tivesse aceite o projeto de sanear Roma. Sobretudo os pântanos pontinos, retificando e tornando mais rápido o curso do pequeno rio Ufente, que desaguava no Tirreno, mas que nunca foi concretizado<sup>15</sup>.



Figura 6 – Estudos para a *Zeccha di Roma* (Istituto e Museo di Storia della Scienza).

Leonardo, vendo que o seu mecenas lhe tinha retirado o apoio e que a sua própria imagem estava comprometida, procura novo mecenas: nem mais nem menos que o jovem rei de França, Francisco I<sup>16</sup>. Este atrai à sua corte sábios, pintores e escultores italianos, e, como o papa não deixasse sair Rafael ou Miguel Ângelo, a quem protegia e que estavam no apogeu, convida então Leonardo<sup>17</sup>.

O papa Leão X morreria em 1521, com quarenta e seis anos, ou seja, dois anos depois de Leonardo<sup>18</sup>.



Figura 7 – AR; Ø 21 mm; 6,90 g (autor anónimo). Anv./: legenda no bordo: LEONARDO DA VINCI, com busto de Leonardo da Vinci, à esquerda, descentrado; rev./: legenda no cam-

14. MEREJKOVSKI 1920: 336.

15. OLIVEIRA s.d.: 462.

16. Em 1 de janeiro de 1515, morre o rei de França, Luís XII. Não tendo filhos, tinha designado como herdeiro o seu mais próximo parente, Francisco de Valois, que toma o nome de Francisco I (MEREJKOVSKI 1920: 340).

17. Em qualquer livro sobre Leonardo da Vinci, as dissonâncias e/ou rivalidades entre ele e Miguel Ângelo estão catalogadas. As visões que um e outro tinham da pintura, da escultura e da arquitetura, bem como a diferença de idades entre ambos, exponenciavam ou extremavam as posições de um perante o outro. Leonardo era já decano em todas as artes, enquanto que Miguel Ângelo, um promissor mestre renascentista, seria incentivado pela obra e prestígio do velho mestre Leonardo, que não se corroía de inveja pelo seu opositor; porém, o inverso era verdadeiro.

18. Para arrecadar dinheiro, Leão X publicou uma interessante bula de indulgências com a qual se podiam redimir todas as penas de uma alma no purgatório. Lutero, um monge agostinho, depois de muito meditar, e depois de ler a Epístola aos Romanos do apóstolo Paulo, chegou à conclusão de que as indulgências eram pura fantasia. A Bíblia não falava em indulgências. Começou então a Grande Reforma, que deu origem ao Protestantismo.

po: MCCCCLII-MDXIX, com escudo com datas em algarismos romanos no campo. Nota: erro de cunhagem: anverso com cunhagem rebatida, busto tremido, bordo do disco a mais, do tipo de um boné.

## 6. Leonardo francês

Leonardo deixa Roma e parte para França (1516) a convite de Francisco I<sup>o</sup>. Nos finais de 1516 está em Amboise (França), entrando ao serviço do soberano francês.

Então com sessenta e quatro anos, leva consigo o discípulo predileto Francesco Melzi (1493-1570), o velho servidor Battista Villanis, a servente francesa Maturina e Zoroastro de Peretola (hábil em mecânica e no trabalho dos metais). Acompanham-no de igual modo os seus manuscritos, centenas de desenhos, cadernos e três quadros inacabados. Deixa definitivamente a Itália.

Em 1515, Francisco I, de França, retoma Milão, e Leonardo é convidado para fazer uma atração (um leão mecânico) para as conversações de paz em Bolonha, entre o rei francês e o papa Leão X.

O rei francês concede a Leonardo o pomposo título de *premier peintre, architecte et mécanicien du roi* (“o primeiro pintor, arquiteto e mecânico do rei”), títulos honoríficos invejáveis para qualquer artista da época (e havia muitos nesse tempo). Pagava a Leonardo e à sua *entourage* generosas pensões: documentos sobreviventes da época aludem a mil écus (“escudos”) para o artista, quatrocentos para Francesco Melzi (mencionado como aprendiz) e cem para Salai (citado como servente).

Em 23 de abril de 1513, já doente, Leonardo nomeia seu executor testamentário o pintor, discípulo e amigo de longa data, Francesco Melzi. A este se deve o facto de terem chegado até nós muitos documentos e notas de Leonardo.

No dia 2 de maio de 1519, com sessenta e sete anos menos uma semana, morre Leonardo da Vinci no castelo de Cloux (Clos-Lucé), em Amboise, na Touraine (França). Foi talvez o maior entre os maiores vultos da história da arte e da ciência de todos os tempos.

Em termos monetários, para além do rico *cachet* que Leonardo recebia, nada mais constatamos a nível de iniciativas do género.

## 7. Leonardo póstumo

Várias medalhas, moedas e notas, comemorativas ou não, homenageiam Leonardo da Vinci, que dizia (e citamos): “Come il ferro in disuso arrugginisce, così l'inazione sciupa l'intelletto.” (“Assim como o ferro fora de uso se enferruja, também a inação corrompe a inteligência”).



Figura 8 – Nota de 50000 liras, de Leonardo da Vinci (1967-1974).

19. MEREJKOVSKI 1920: 340.

Antes da entrada do euro em janeiro de 2002, havia duas notas em Itália (de 2000 e 50000 liras), com o autorretrato de Leonardo.



Figura 9 – Moeda de 1€, de Itália. Reprodução do famoso desenho de Leonardo da Vinci (rev.), representando as proporções ideais do corpo humano, segundo Vitruvius (em exibição na Galeria da Academia, em Veneza).

Com a entrada do sistema-euro, o desenho de Vitruvius aparece no reverso da moeda italiana de 1€, sendo uma das mais bonitas moedas bimetálicas (bicolores) do género.

Por todas as razões apontadas, e uma vez que Leonardo da Vinci continua atual, mereceu-nos aqui ser lembrado.

#### Apêndice – Pensamentos de Leonardo da Vinci

- “O homem que não domina as suas paixões desce ao nível das bestas.”
- “Come il ferro in disuso arrugginisce, così l'inazione sciupa l'intelletto.” (“Assim como o ferro fora de uso enferruja, também a inação corrompe a inteligência”).
- “Os Medici me criaram; os Medici me destruíram.”
- “A verdade é o Sol; a mentira é a máscara.”
- “Impedimento non mi piega.” (“Nenhum obstáculo me fará parar”) (inscrição no emblema de Leonardo da Vinci).
- “Non mi sazio di giodare.” (“Não me canso de ajudar”).

**Bibliografia**

- AA.VV. (2000), *Encyclopaedia Britannica*.
- AA.VV. (s.d.), *Grande enciclopédia luso-brasileira*.
- BÉRENCE, Fred (1971). *Leonardo de Vinci*. Lisboa: ed. Verbo.
- BOORSTIN, Daniel J. (1993). *Os criadores. Uma história dos heróis da imaginação*. Lisboa: Gradiva.
- BROWN, Dan (2004). *O Código da Vinci*. Lisboa: Bertrand Editora.
- MARQUES, Mário Gomes (1982). *Introdução à Numismática*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- MENDES, Corrêa (1952). *No V centenário de Leonardo da Vinci*. Lisboa.
- MEREJKOVSKI, Dmitri (1920). *O romance de Leonardo da Vinci*. s.l.: Portugália Editora.
- MUSÉE DU LOUVRE (1952). *Catalogue raisonné des oeuvres de Léonard de Vinci au Musée du Louvre et dans les collections françaises*. Paris: Éditions des Musées Nationaux.
- OLIVEIRA (d'), Lopes (s.d.). *As grandes figuras da humanidade. História universal da civilização* (parte I: *Políticos, guerreiros e descobridores*; volume IV). Lisboa: Edições Universo.
- ROMEI, Francisco (2003). *Leonardo da Vinci. A fusão da arte e da ciência*. Matosinhos: Quindovi.
- SILVA, Heitor Morais da, S.J. (1991). *História dos papas. Luzes e sombras*. Braga: Editorial A. O.
- WHITE, Michael (2003). *Leonardo, o primeiro cientista*. Lisboa: Europa-América.

**Webgrafia**

- [www.educar.org/inventos](http://www.educar.org/inventos).
- [www.members.tripod.com](http://www.members.tripod.com).
- [www.wolfson.ox.ac.uk](http://www.wolfson.ox.ac.uk).

**Outros**

- CD-ROM *Leonardo da Vinci* (1996). Corbis-Microsoft.

ALEXANDRE JOSÉ MATOS DA COSTA

Analista de Sistemas no Serviço Federal de Processamento de Dados (Curitiba/PR – Brasil)

Especialista em História Militar – UNISUL – Brasil

contato@colecaodecedulas.com.br

# Dinheiro na Segunda Guerra Mundial: obrigações de guerra e cédulas militares

REVISTA M · Nº 1 · 2018 · 68 - 76

## RESUMO

No estudo da História Antiga, a Numismática ajuda a contar a história, uma vez que registros escritos são muito raros ou inexistentes. Na História Militar Contemporânea, a Numismática também pode auxiliar, não só pela análise das moedas, mas considerando todas as formas de dinheiro, o que torna maior a amplitude da pesquisa. Este artigo visa apresentar os tipos de dinheiro de papel utilizados durante a Segunda Guerra Mundial e ligados à participação brasileira no conflito: as Obrigações de Guerra criadas para financiamento do esforço de guerra brasileiro e as Cédulas Militares, as AM Lire, que foi o dinheiro de guerra utilizado pelos pracinhas da FEB no Teatro de Operações da Itália. A análise inicia-se com uma reflexão acerca do esforço brasileiro na arrecadação de recursos para suporte às operações de guerra que culminou com o lançamento das Obrigações de Guerra, o primeiro tipo de dinheiro de guerra brasileiro; e prossegue com a consideração da decisão política de Vargas de enviar para combate contingente brasileiro, o que levou à criação da Força Expedicionária Brasileira (FEB). Com a incorporação da FEB ao V Exército Americano na Itália, os brasileiros passam a ter contato com o outro tipo de dinheiro de guerra, as cédulas militares, que são apresentadas em detalhes.

**PALAVRAS CHAVE:** Força Expedicionária Brasileira; Lira Militar Aliada; Cédulas Militares; Bônus de Guerra; Numismática.

## ABSTRACT

In the study of Ancient History, Numismatics helps to tell the story, because written records are very rare or nonexistent. In Contemporary Military History, Numismatics can also help, not only by analyzing coins, but by considering all forms of money, which makes the breadth of research greater. This article aims to present the types of paper money used during World War II and linked to the Brazilian participation in the conflict: the War Bonds that were responsible for financing the Brazilian war effort and the Military Banknotes, specifically AM Lire, which was the war money used by FEB (Brazilian Expeditionary Forces) in the Italian theater of operations. It begins detailing the Brazilian effort in raising funds to support war operations that culminated in the launch of the War Bonds, the first type of Brazilian war money. It follows with the political decision of Vargas to send Brazilians to combat, which led to the creation of the Brazilian Expeditionary Force (FEB). With the incorporation of the FEB into the V US Army in Italy, Brazilians come into contact with the other type of war money, the military banknotes, which are presented in detail.

**KEYWORDS:** Brazilian Expeditionary Forces; Allied Military Lire; Military Banknotes; War Bonds; Numismatics.

## Brasil declara guerra: surgem as obrigações de guerra

Em 22 de março de 1941 o navio mercante brasileiro Taubaté foi atacado nas águas do Mar Mediterrâneo (Egito) por aviões alemães. Um morto. A primeira baixa brasileira na Segunda Guerra Mundial.

Desde o início da guerra na Europa, em 1939, o Brasil mantinha uma distância pragmática do conflito, buscando aproximação simultânea com os Estados Unidos e com a Alemanha. E uma das explicações para a equidistância era a econômica. Conforme detalha Dennison de Oliveira<sup>1</sup>, em 1938 a importação de produtos alemães pelo Brasil representava 25% do total, com tendência de aumento, enquanto que os produtos americanos representavam 24,2%, com tendência de queda. As exportações para os EUA vinham caindo e representavam 34,3% do total, enquanto para a Alemanha vinham aumentando e já representavam 19,1%.

Na conferência do Panamá, em 1939, as repúblicas americanas se declararam neutras em relação à guerra na Europa. Com o acirramento dos conflitos, na conferência de Havana em 1940, foi firmado o acordo de solidariedade continental caso qualquer país do continente fosse atacado. Para os EUA era muito importante garantir o apoio brasileiro aos Aliados, em função de sua importante posição geográfica, dos abundantes recursos naturais disponíveis e da sua influência sobre os países vizinhos. Pra isso, incentivava a redução dos focos de influência

alemã no país e oferecia benefícios em caso de alinhamento com os americanos.

A partir de dezembro de 1941, com o ataque japonês a Pearl Harbor, que lançou os Estados Unidos no conflito, e considerando os compromissos assumidos em Havana, o cenário se agrava. A reunião de Chanceleres no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, decretou o rompimento de relações com os países do Eixo. O reflexo desta decisão não demorou a ser sentido pelo Brasil: Buarque, Olin-da, Cabedelo, Arabutã, Cairu, Parnaíba, Comandante Lira, Gonçalves Dias, Alegrete, Paracuri, Pedrinhas, Tamandaré, Barbacena, Piave, Baependi, Araraquara, Aníbal Benévolo, Itagiba, Arará e Jacira – todos navios mercantes brasileiros – foram afundados pelos submarinos alemães e italianos. Estes ataques provocaram a morte de setecentos e quarenta e dois brasileiros. E o Brasil não estava em guerra.

O desgaste político pelos afundamentos e a revolta da população contra a perda de vidas inocentes levaram o governo brasileiro a decretar “estado de beligerância” à Alemanha Nazista e à Itália Fascista em 22 de agosto de 1942.

Imediatamente foram cassadas as cartas-patente dos bancos dos países do Eixo: Banco Alemão Transatlântico, Banco Germânico da América do Sul e Banco Francês e Italiano. Todos foram liquidados e os seus bens e direitos, a título de indenização, foram incorporados ao patrimônio nacional. Cessaram as negociações com a Alemanha para compra

---

1. OLIVEIRA 2011.



de embarcações beligerantes e diversos navios do Eixo (alemães e italianos), que se encontravam em território nacional, foram apreendidos.

Diversas decisões foram tomadas pelo governo para enfrentar o difícil momento. Logo, foi promovida campanha de arrecadação de materiais utilizáveis pela indústria de guerra. Em postos espalhados pela capital federal foram coletados materiais destinados à fusão para fabricação de armas. A população aderiu em peso. Há relatos de entrega de todo tipo de material metálico, incluindo itens de cozinha (panelas, talheres, etc.) e até objetos metálicos de praças e ruas. O confisco dos bens de bancos e a apreensão de navios dos países do Eixo, juntamente com a campanha de arrecadação de materiais deu início ao esforço de guerra brasileiro.

É nítida na história das guerras a preocupação das nações em arrecadar recursos para financiamento do esforço de guerra. Desde a antiguidade os recursos vinham da apropriação das riquezas dos territórios conquistados, da instituição de obrigações aos senhores para fornecimento de soldados, do aumento dos impostos, da cobrança de taxas e até da utilização da fé como motivador para as batalhas. Quanto maior o território conquistado, maiores os custos para manter a estrutura militar. Numa época de conquistas e batalhas constantes, manter um exército grande e treinado é menos oneroso. Mas, para nações em que a guerra não faz parte do seu dia a dia, quando há necessidade de batalha,

um exército específico deve ser organizado, treinado e armado. Mais difícil e caro se torna quando a batalha acontece fora do seu território.

Segundo Dennison de Oliveira<sup>2</sup>, o efetivo do exército brasileiro cresceu de forma substancial entre 1930 e 1944, muito impulsionado pela Segunda Guerra Mundial. Em 1930 era de aproximadamente quarenta e oito mil homens e, em 1944, o número já ultrapassava os cento e setenta e um mil. Ao mesmo tempo, aumentava a quantidade de recursos financeiros alocados pelo governo ao exército. Em 1930 o montante representava 12,3% do orçamento federal, enquanto em 1944 o montante ultrapassava os 19%.

Porém, no caso do Brasil, o esforço inicial de arrecadação de materiais não foi suficiente para obtenção dos recursos necessários à preparação para a guerra. Neste ponto da história há a introdução do primeiro tipo de dinheiro brasileiro envolvido na guerra. Em 5 de outubro de 1942 o governo brasileiro autoriza o lançamento das Obrigações de Guerra, também chamadas de Bônus de Guerra. Os bônus foram lançados nos valores de 100\$0 (cem mil réis), 200\$0 (duzentos mil réis), 500\$0 (quinhentos mil réis), 1000\$0 (um conto de réis) e 5000\$0 (cinco contos de réis). A aquisição destes bônus podia ser voluntária, mas o maior volume arrecadado vinha do recolhimento compulsório. O Decreto Lei n.º 4789 de 1942 determinou a obrigatoriedade da retenção de 3% dos rendimentos de todos os trabalhadores, sendo este valor transformado em Bônus de Guerra,

---

2. OLIVEIRA 2011.

resgatáveis em parcelas semestrais, com juros de 6% ao ano. O início dos resgates seria definido somente após a assinatura do tratado de paz. A captação de recursos a partir das obrigações de guerra foi equivalente a 73% de toda a arrecadação de recursos de um ano normal (sem guerra). O dia 5 de outubro de 1942 tem sua importância dobrada para a numismática brasileira. Neste dia, além da instituição das Obrigações de Guerra, o Decreto Lei n.º 4791 institui o Cruzeiro como unidade monetária brasileira. A paridade estabelecida foi de 1000\$0 (um mil réis) para Cr\$1,00 (um cruzeiro).



Figura 1 – Bônus de Guerra de Cr\$100,00.

No verso, os cupons para resgate (acervo pessoal do autor).

A arrecadação de fundos através do lançamento pelos governos de Obrigações de Guerra é relativamente comum na história das guerras do século XX. Há registros durante a Primeira Guerra Mundial, durante a Segunda Guerra (Estados Unidos, Canadá, Brasil, Japão, China, União Soviética, Alemanha e Inglaterra) até à Guerra do Golfo, onde o Iraque fez intenso uso deste recurso. Estados Unidos, Inglaterra e Canadá lançaram massivas campanhas nacionalistas convocando as pessoas a contribuírem para o esforço de guerra comprando os bônus. São conhecidos os cartazes com o tema “Buy War Bonds”, que muito apelavam ao nacionalismo dos cidadãos.

### O Brasil vai à guerra: a utilização das cédulas militares

Existem diversas interpretações sobre as razões que levaram o Brasil a enviar soldados para a linha de frente de combate. Fala-se de “vingança” pelos civis mortos nos torpedeamentos dos navios mercantes brasileiros e chega-se aos fatores mais comuns que levam um país a combater em uma guerra fora de seu território: política e economia. Para obter o apoio brasileiro aos Aliados, os EUA ofereceram a participação no *Lend Lease*<sup>3</sup>, que, em troca do fornecimento de insumos importantes para as nações em guerra, possibilitaria o reaparelhamento das Forças

3. Programa de empréstimos americano visando abastecer com alimentos e armamentos as nações que estavam em guerra.

Armadas e a construção de importantes obras de infraestrutura no país.

Porém, com a entrada efetiva dos EUA na guerra, os recursos americanos foram voltados, prioritariamente, para aqueles países que contribuíam diretamente para o esforço de guerra, com o envio de tropas. Temendo perder os investimentos previstos e buscando um alinhamento político mais forte com os EUA, Getúlio Vargas ofereceu ao presidente americano Franklin Roosevelt, num encontro em Natal – RN em fevereiro de 1943, o envio de tropas para combate, desde que se mantivesse o programa de reaparelhamento das Forças Armadas, previamente negociado. A proposta concretizou-se em 9 de agosto de 1943, através da Portaria Ministerial n.º 4744, que criou a Força Expedicionária Brasileira – FEB, formada pela 1.ª Divisão de Infantaria Expedicionária (1.ª DIE) e órgãos não-divisionários. Sua chefia foi entregue ao general João Batista Mascarenhas de Moraes.

No final de 1943 decidiu-se o destino da FEB: o teatro de operações do Mediterrâneo. Inicialmente o destino final seria o Norte da África (mais precisamente a Argélia); porém, pouco antes do embarque das tropas, em função da mudança do cenário no Teatro de Operações Europeu, o destino da FEB foi alterado para a Itália. Na noite de 30 de junho de 1944, embarcou o 1.º Escalão da FEB, composto por cerca de cinco mil homens e chefiado pelo general Zenóbio da Costa, e, junto com eles, o general Mascarenhas de Moraes e alguns oficiais de seu estado-maior. Em setembro do mesmo ano, foi

a vez do 2.º e 3.º Escalões, comandados respectivamente pelos generais Osvaldo Cordeiro de Farias e Olímpio Falconiê-re da Cunha. Até fevereiro de 1945, dois outros escalões chegariam à Itália, juntamente com um contingente de cerca de quatrocentos homens da Força Aérea Brasileira (FAB), estes comandados pelo major-aviador Nero Moura. Ao todo, a FEB contou com um efetivo de um pouco mais de vinte e cinco mil homens.

Na Itália, a FEB uniu-se às tropas do V Exército Americano, integrante do XV Grupo de Exércitos Aliados. Nesse momento, o objetivo das tropas aliadas ali sediadas era impedir o deslocamento alemão para a França, onde se preparava a ofensiva final aliada. Era necessário, assim, manter o exército alemão sob constante pressão. As primeiras vitórias brasileiras ocorreram em setembro de 1944, com a tomada das localidades de Massarosa, Camaiore e Monte Prano. No início do ano seguinte, os pracinhas participaram da conquista de Monte Castello, Castelnuovo e Montese. O conflito, no entanto, não se estendeu por muito mais. A 2 de maio de 1945, o último corpo do exército alemão na Itália assinou sua capitulação, e, a 8, a guerra na Europa chegava ao fim, com a rendição definitiva da Alemanha. Durante todo o período em que a FEB lutou ao lado do V Exército Americano, o dinheiro em circulação no front era a *Allied Military Lire* – AM Lira, ou Lira Militar Aliada.

Em 9 de julho de 1943 os aliados desembarcaram na Sicília: era o início da Operação Husky, que chegou ao fim em 17 de agosto de 1943, com a tomada

completa da ilha. Como parte desta operação e em total segredo, as AM Lira foram previamente impressas pelos aliados no *Bureau of Engraving and Printing – BEP*, em Washington. O objetivo era introduzir as cédulas na Itália assim que a Sicília fosse tomada. O segredo na impressão das cédulas era fundamental para o sucesso da Operação Husky. A introdução das AM Lira tinha por objetivo controlar a circulação de dinheiro na Itália recém-ocupada e resolver o problema da falta de dinheiro no país, provocado pelos alemães como estratégia de “terra arrasada”, tentando dificultar ao máximo a permanência dos aliados. Estas cédulas deveriam circular apenas no ambiente militar; porém, em função da falta de dinheiro em circulação na Itália, acabaram por se tornar cédula de circulação de curso legal no país.

Segundo Sandoval<sup>4</sup>, a autorização para circulação destas cédulas foi oficializada por decreto assinado pelo General inglês Harold Alexander (Decreto n.º 12 de 23 de agosto de 1943) e introduzidas para circulação no mesmo dia da assinatura do decreto. Os valores desta primeira série de cédulas, chamada de *Series 1943*, foram: 1, 2, 5, 10, 50, 100, 500 e 1000 liras. Houve uma segunda emissão dessa mesma série, com circulação a partir de dia 8 de setembro de 1943, agora impressas pela *Forbes Lithograph Manufacturing Company* de Boston. As cédulas impressas por esta companhia contêm a marca da empresa impressora, um “F” em microcaracteres (aposto na rosácea do lado inferior direito).



Figura 2 – Alguns exemplares de AM Lira (acervo pessoal do autor).

Em função da simplicidade de impressão e da falta de recursos que dificultassem a falsificação, os aliados observaram um grande número de cédulas falsas em circulação. A forma mais comum de falsificação era a inclusão de zero nas cédulas de 1, 10, 50 e 100, transformando-as facilmente em cédulas de 10, 100, 500 e 1000 liras.

Em função desta fragilidade, foi lançada uma segunda série (*Series of 1943A*) com os seguintes valores: 5, 10, 50, 100, 500 e 1000 liras. Visando reduzir a falsificação, as cédulas foram impressas em dois formatos, 78 x 67 mm para os valores de 5 e 10 liras e de 156 x 67 mm para os valores de 50 a 1000 liras e com os valores expressos também em extenso. Enquanto as cédulas da primeira série traziam os textos somente em inglês, as da segunda

4. SANDOVAL 2012.

série traziam os textos também em italiano. No anverso das duas séries temos: “Allied Military Currency”, “Issued in Italy”, “1 Lira” (e demais valores) e, no reverso, as seguintes frases: “Freedom of Speech, Freedom of Religion, Freedom from Want, Freedom from Fear”, ou seja, “Liberdade de Expressão, Liberdade de Religião, Ausência de Miséria, Liberação do Medo” e, no centro, a marca d’água “Allied Military Currency”.

A introdução indiscriminada das AM Lira provocou forte inflação na Itália. O efeito desta inflação é possível observar já na segunda série de cédulas lançadas. Nela, os valores de 1 e 2 liras não foram mais impressos, uma vez que não representavam grande poder de compra.

Essas cédulas circularam legalmente até 1950, ano em que perderam a validade. Sua circulação foi concomitante com as demais cédulas utilizadas na Itália. As AM Lira financiaram os gastos das tropas aliadas e, após o armistício, as trocas por dinheiro corrente do país ficaram sob responsabilidade do governo italiano como forma de compensação pelos custos da guerra<sup>5</sup>.

O Museu do Expedicionário de Curitiba, o Museu do Banco do Brasil (CCBB – Rio de Janeiro) e o museu dentro do memorial aos ex-combatentes da FEB no Aterro do Flamengo, no Rio de Janeiro, apresentam nos seus acervos algumas cédulas AM Lira trazidas pelos ex-combatentes da FEB.



Figura 3 – Verso de uma cédula de 50 AM Lira (acervo pessoal do autor).

5. TARACCHINI 1999.

## Bibliografia

OLIVEIRA, Dennison de (2011). *Os soldados alemães de Vargas*. Curitiba: Editora Juruá, 2011 (3.<sup>a</sup> reimp.).

PIOVEZAN, A. (2012). Devoções individuais dos soldados mortos em guerra: a documentação do Pelotão de Sepultamento (1944-1945). *Revista Brasileira de História Militar* 9: 1-14.

RIGONI, Carmem Lúcia (2010). *Diários de Guerra I: anjos de branco, o serviço de saúde da FEB na Itália salvando vidas (1944-1945)*. Curitiba: Editora Progressiva Lt.<sup>da</sup>.

SANDOVAL, Márcio Rovere (2012). Emissões da ocupação militar após o desembarque na Europa (1943-1958). *Boletim Informativo da Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina* 65: 4-14.

SCHWAN, C. Frederick; BOLING, Joseph E. (1995). *World War II remembered. History in your hands – A numismatic study*. Ohio: BNR Press.

TARACCHINI, Alfredo (1999). *Addio, cara Lira: storia illustrata della moneta che ha accompagnato per duecento anni la vita del nostro paese*. Bolonha: Banca Popolare dell'Emilia Romagna.

# CONVITE À APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS

A *Revista M* é a revista digital do Museu Casa da Moeda. Nela se publicam textos originais que incorporem contributos relevantes para a investigação em Numismática, Medalhística e outras ciências. Os trabalhos publicados pautam-se pelos mais elevados padrões de exigência e rigor científico.

A *Revista M* é uma publicação de acesso aberto e periodicidade anual. Os originais enviados para publicação podem apresentar-se sob a forma de artigos, notas de investigação, estados da arte, resenhas ou notícias.

Os originais devem ser redigidos em português segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, mas também se aceitam contribuições em inglês. Os originais devem ser apresentados em letra *Times New Roman*, com texto justificado e datilografado a letra 12 (corpo do texto) e 10 (notas de rodapé), com espaçamento 1,5. A extensão dos textos não deve ultrapassar as 15000 palavras (artigos, notas de investigação e estados da arte), 2500 palavras (resenhas) ou 500 palavras (notícias). São permitidas imagens a cores.

Os originais devem ser enviados em formato digital editável (ficheiro *Word*) para o *e-mail* [museucasadamocda@incm.pt](mailto:museucasadamocda@incm.pt), ao cuidado do editor da revista.

Os originais apresentados como artigos, notas de investigação ou estados da arte devem conter obrigatoriamente os seguintes elementos:

- Título;
- Nome(s) do(s) autor(es);
- Filiação institucional do(s) autor(es);
- Endereço eletrónico do(s) autor(es);
- Resumo do artigo (máximo de 200 palavras), na língua do texto e numa segunda língua (português/inglês);
- Cinco palavras-chave, na língua do texto e numa segunda língua (português/inglês);

– Bibliografia final, com todos os títulos citados.

Os comentários ao texto e as referências bibliográficas de apoio ao texto devem ser remetidos para notas de rodapé, aconselhando-se, nestes casos, a existência de notas concisas.

Todos os originais são submetidos a leitura prévia pelo conselho editorial da revista, e, nos casos dos artigos, das notas de investigação e dos estados da arte, também por um revisor da especialidade, que emite um parecer positivo ou negativo à sua publicação. Os autores dos originais podem ser convidados, sempre que o parecer o justifique, a refazer parcialmente os seus textos em prazo estipulado, de forma a que estes se enquadrem nos padrões de qualidade da revista. Os originais não são devolvidos aos autores. Os editores reservam-se o direito de publicar ocasionalmente textos de elevado interesse sem os submeter ao processo de arbitragem científica.

Os autores dos textos publicados devem estar cientes de que os respetivos leitores podem ler, descarregar, imprimir, distribuir ou referir os textos noutros locais, sem autorização prévia dos editores ou dos autores, desde que devida e corretamente citados.

Os editores da revista não se responsabilizam por quaisquer infrações à lei que decorram da publicação dos originais recebidos, nomeadamente no que respeita aos direitos de autor sobre os textos e as imagens enviados para publicação, que são da inteira responsabilidade dos autores dos originais.



